

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano IX — Nº. 50 — mar./abr. 2017



## ENTREVISTA

Domingos Leite Lima Filho analisa os efeitos da reforma do ensino médio sobre a educação profissional

## DESIGUALDADE

Pesquisadores explicam por que o abismo social aumenta no mundo

**Cobrança de mensalidade e outras formas de privatização ameaçam universidade pública**



---

Conheça o

# Poli

---

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



Ano IX - Nº 50 - mar./abr. 2017

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

#### Editores e Repórteres

André Antunes / Cátia Guimarães /  
Maíra Mathias / Raquel Júnia

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca / Maycon Gomes

#### Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

#### Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

#### Comunicação Interna

Talita Rodrigues

#### Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

#### Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

#### Tiragem

9.000 exemplares

#### Periodicidade

Bimestral

#### Gráfica

Edgráfica

#### Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Isabela Cabral / Adeline Pereira / Ieda Barbosa / José Orbílio / André Feitosa / Ana Beatriz de Noronha / Leandro Medrado / Leandro Nardarcio / Maria Cecília Carvalho / Marcela Pronko / Páulea Zaquini / Paulo César de Castro Ribeiro / Sergio Munck / Marco Antônio Santos / Maria Emília Rossigneux / Telma Frutuoso / Andrea Oliveira / Elenice da Cunha



#### PANORAMA

2

#### RADAR DOS TÉCNICOS

6

#### CAPA

*Mensalidade na fatura* 8

#### DESIGUALDADE

*Cada vez mais desiguais* 17

#### ENTREVISTA

*Domingos Leite Lima Filho - 'É necessário resistir ao empobrecimento do currículo'* 23

#### EPIDEMIAS

*Febre de quê?* 27

#### DICIONÁRIO

*Racismo Ambiental* 31



/epsjvfiocruz

Receba a Poli: formulário pelo site  
[www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista](http://www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista)

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305  
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360  
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 [comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br)

Assine Nosso Boletim pelo site  
[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

BRAYAN MARTINS/PMPA



## Greve de servidores no alvo do governo

Depois de anunciar a intenção de enviar ao Congresso um novo projeto de lei regulamentando o direito de greve dos servidores públicos e voltar atrás, o presidente Michel Temer confirmou que o Planalto enviaria uma série de sugestões a um projeto de teor semelhante que tramita no Senado. Apresentado em 2011 pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), o projeto ao qual o Planalto pretende fazer alterações foi barrado na Comissão de Direitos Humanos da Casa, que aprovou um relatório elaborado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) recomendando a rejeição do projeto e a aprovação de outro. Agora, para tentar garantir a aprovação do projeto de Aloysio Nunes, a relatoria será dada para o líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR). Entre as sugestões feitas ao texto pelo Planalto estão itens como o desconto dos dias parados no salário dos servidores, perda do cargo ou função comissionada em caso de greve e punições administrativas e criminais. O anúncio gerou críticas por parte de centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que em seu site deu destaque para a análise do presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto, para quem qualquer projeto que tente normatizar a greve é lesivo para o direito dos trabalhadores, que a utilizam como instrumento de luta por melhores condições de trabalho. “Num momento em que se decide o futuro do país dentro de gabinetes e salas pouco representativas, a greve é um dos únicos instrumentos legítimos de posicionamento político do cidadão, daí o interesse de marginalizá-la”, criticou Britto.



## Comunidades terapêuticas e SUS

A Câmara dos Deputados vai analisar um Projeto de Decreto Legislativo que suspende a portaria 1.482/16 do Ministério da Saúde, que permite o convênio das comunidades terapêuticas com o Sistema Único de Saúde (SUS). Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do projeto, muitas das comunidades têm “características manicomial”. O Conselho Federal de Psicologia denunciou em 2011 a ocorrência de casos de violações dos direitos dos internos que vão desde a tortura até a violação de privacidade, passando por práticas como intimidações, humilhação, imposição de credo religioso e desrespeito à orientação sexual. A proposta de suspensão da portaria 1.482 será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de chegar ao Plenário. O sociólogo Dênis Petuco, professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz, é favorável à proposta apresentada pela parlamentar: “É inadmissível que se

conceba que recursos do SUS possam eventualmente financiar graves violações de direitos humanos”. Ele defende que esses recursos sejam empregados na ampliação e fortalecimento de uma rede de serviços públicos de saúde orientados pelos princípios das reformas sanitária e psiquiátrica. “Como política pública, o cuidado deve ser sustentado na vida, na cidade, e não em espaços de exclusão que afastam as pessoas de seu contexto social”, defende o sociólogo, para quem a multiplicação das comunidades terapêuticas no país reflete a negligência do Estado brasileiro com a produção de políticas públicas de saúde dirigidas a pessoas que usam álcool e outras drogas. “Diante deste vazio, a sociedade civil construiu alternativas diversas, como a criação de comunidades terapêuticas, cujo número chega, hoje, à casa dos milhares, e que são absolutamente desreguladas”, ressalta Dênis.



## Proposta de planos de saúde populares avança

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou no dia 25 de janeiro a criação de um Grupo Técnico para analisar a viabilidade da proposta dos planos de saúde populares defendida pelo Ministério da Saúde. Composto por servidores da ANS e pela Procuradoria-Geral da agência, o grupo foi formado em resposta a um ofício do Ministério solicitando sugestões para tornar a contratação de planos de saúde mais ‘acessível’ à população. A agência informou em nota que não há um prazo definido para a conclusão dos trabalhos, e que assim que isso acontecer, o resultado será disponibilizado para consulta pública.

Em nota conjunta emitida em janeiro, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Instituto de Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) repudiaram a criação do grupo técnico pela ANS, criticando a falta de transparência do governo com relação às propostas encaminhadas à Agência. As organizações reiteraram que os planos de saúde ‘acessíveis’ não são a solução para o sistema de saúde brasileiro: “Em época de recessão e desemprego, o que a população mais precisa é de proteção social. Por isso, defendemos sempre o Sistema Único de Saúde constitucional, público, universal, de qualidade e adequadamente financiado, bem como a regulamentação da assistência à saúde suplementar, que precisa ser melhorada e não flexibilizada”.



## Terra à venda

O governo federal quer liberar a venda de terras no Brasil para empresas e investidores estrangeiros. Segundo o jornal O Estado de São Paulo (17/02), o ministro-chefe da Casa Civil Eliseu Padilha trabalhava então nos últimos detalhes de um projeto de lei tratando do tema que permitiria a compra de até 100 mil hectares. Até o fechamento desta edição, o projeto ainda não havia sido apresentado ao Congresso. Essa é uma questão em disputa desde pelo menos a década de 1970, quando foi promulgada a lei que regula a venda de imóveis rurais para estrangeiros. Atualmente, essa questão é regida por um parecer de 2010 da Advocacia Geral da União que impõe limites à comercialização de terras para estrangeiros. No entanto, de acordo com a professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz,

Daniela Egger, nos últimos anos vem se acelerando um processo de entrada do capital estrangeiro no mercado de terras brasileiro através da articulação com empresas com sede no Brasil para a criação de subsidiárias. Segundo ela, esse movimento ganhou força a partir da crise de 2008, quando a busca por terras tornou-se uma alternativa atraente para o capital internacional buscando valorização. “A expansão territorial é sempre uma alternativa do capital para superar suas crises. Vivemos essa onda de expansionista em direção a novos territórios”, afirma Daniela. Segundo ela, além de colocar pressão sobre territórios de comunidades tradicionais e contribuir para o aumento dos conflitos no campo, a liberação da compra de terras por empresas estrangeiras deve tornar ainda mais difícil a luta por reforma agrária no país.



## Senado aprova projeto que acelera liberação de testes clínicos em humanos

O Senado aprovou no dia 15 de fevereiro um projeto que flexibiliza as regras para a condução de pesquisas clínicas em humanos por instituições públicas ou privadas. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 200/2015, de acordo com seus autores, é uma forma de “desburocratizar” e acelerar a liberação de testes de medicamentos para o tratamento de câncer, Alzheimer, diabetes, entre outras doenças. Para o professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz Daniel Groisman, coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da unidade, a atuação do lobby da indústria farmacêutica representada pela Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) foi decisiva para a aprovação. Segundo Groisman, o PLS 200/2015 visa retirar a competência da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), para fiscalizar e autorizar a realização de pesquisas clínicas no país. Pelo projeto, essa atribuição passaria a ser da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. “A mudança vai na contramão do princípio ético básico da proteção aos participantes das pesquisas, já que a instância máxima de representação e participação dos usuários na saúde é o CNS”, alerta.





## Greve internacional das mulheres protesta contra o neoliberalismo

Intelectuais e ativistas feministas de todo o mundo assinaram um chamado a uma greve geral internacional das mulheres no dia 8 de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. Capitaneado por militantes históricas do feminismo, como Angela Davis, o movimento ganhou impulso a partir da Marcha das Mulheres realizada em várias cidades dos Estados Unidos em 21 de janeiro, dia da posse do presidente Donald Trump, que, segundo a organização, mobilizou mais de 3 milhões de pessoas pelo país. Traduzida do inglês pela pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Daniela Mussi e publicada no Blog Junho, a Plataforma da Greve Internacional informa que o movimento, que já conta com a participação de mulheres de 30 países, pretende fazer com que o dia 8 de março seja o início de um movimento feminista renovado, “que organize resistência não apenas contra Donald Trump e suas políticas

misóginas, mas também contra as condições que produziram Trump, ou seja, as décadas de desigualdade econômica, violência racial e sexual, assalto colonial aos povos nativos e guerras imperiais no exterior”. O neoliberalismo, critica o documento, levou a um violento dismantelamento da assistência social que afetou todas as mulheres. “Enquanto as nossas vidas no trabalho têm se tornado cada vez mais precárias, os dispositivos sociais que poderiam proporcionar uma rede de segurança contra uma exploração tão dura da mão-de-obra foram atacados ou removidos completamente”, denunciam as ativistas no texto. Contra esses ataques, o movimento reivindica sistemas de bem-estar social para atender às necessidades da maioria, “como os cuidados universais de saúde, um sistema robusto de seguro-desemprego, além de segurança social e educação gratuita para todos”.

Entre as outras pautas do movimento está o fim da violência de gênero, principalmente contra as mulheres trabalhadoras, mulheres trans e mulheres “de cor”, que, segundo as autoras, enfrentam os piores aspectos da violência individual e institucional direta. Justiça reprodutiva é outra bandeira, com a exigência do direito ao aborto livre sob demanda e assistência universal para todas as mulheres, independentemente de raça e renda. O documento também faz um apelo em favor do respeito aos direitos trabalhistas das mulheres e da igualdade salarial em relação aos homens, ressaltando que as mulheres são o sexo mais pobre em todos os lugares. Acesso universal e gratuito às creches, licença maternidade e familiar remunerada, licença por doença e liberdade para organizar sindicatos combativos nos locais de trabalho estão entre as reivindicações. Por fim, o movimento ainda reitera que, em um sistema que “coloca o lucro acima das pessoas”, a desigualdade econômica e degradação ambiental caminham de mãos dadas.



## Movimentos feministas no Brasil miram proposta de reforma da Previdência

No Brasil, além de bandeiras históricas, como a violência de gênero e os direitos reprodutivos das mulheres, movimentos feministas que se organizaram para participar da greve do dia 8 de março planejam protestar também contra a campanha de retirada de direitos patrocinada pelo governo de Michel Temer, em especial à aposentadoria das mulheres no bojo da reforma da Previdência que tramita no Congresso. O fim do direito que hoje as mulheres têm de se aposentar com menos tempo de contribuição à Previdência Social do que os homens é um dos pontos da reforma. O relator da proposta na Câmara, o deputado Arthur Maia (PPS-BA), polemizou ao defender um regime de contribuição mais brando apenas para

as mulheres casadas. “Se você é uma mulher casada, tem filho, cumpre jornada no seu trabalho e chega em casa tem que cuidar de filho, marido etc, é um fato a ser considerado. A mulher que é solteira, que não se casou, não tem filho, por que ela vai ter uma diferença em relação ao homem?”, questionou. Uma nota de repúdio assinada por diversos movimentos sociais e coletivos feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres, a Articulação das Mulheres do Brasil e a União Brasileira de Mulheres, entre outros, criticou a proposta, que segundo o documento, desconsidera as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. “O diferencial entre homens e mulheres na previdência social é o único mecanismo a reconhecer a divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres piores salários, piores condições de trabalho e maiores responsabilidades do trabalho não remunerado”, ressalta a nota. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres gastam, em média, o dobro de horas com afazeres domésticos do que os homens: são 20,5 horas semanais das mulheres contra apenas dez dos homens. Já segundo o estudo ‘Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero’, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em 2012, os homens sem filhos gastam mais tempo com afazeres domésticos do que os homens com filhos.





## Dez anos da legalização do aborto em Portugal: bons resultados

Dez anos após a legalização do aborto, os números apontam que a medida teve impactos positivos em Portugal. Em 2007 o Congresso aprovou uma lei liberando o aborto a pedido da mulher que tiver até dez semanas de gestação, depois que 59% dos portugueses votaram a favor da legalização em um referendo nacional. Até então, o aborto só era permitido em caso de estupro, má formação do feto e risco de morte para a mãe. De acordo com dados do Serviço Nacional de Saúde Português, o número de mortes em decorrência de complicações relacionadas ao aborto estão em queda no país: enquanto de 2001 a 2008 foram 14 mortes, caiu para três no período entre 2008 e 2012; de 2012 até hoje não houve registro de mortes

em decorrência de abortos em Portugal. E ao contrário do que dizem grupos contrários à legalização do aborto, a prática não se intensificou no país. Entre 2008 e 2012, houve um pequeno aumento no número de procedimentos, que vem caindo desde então. Em 2015, já foram realizados 10% menos abortos do que em 2008.

O Brasil se encontra em uma situação similar a de Portugal antes de 2007. Aqui só é permitido abortar em caso de estupro, risco de vida à mãe ou anencefalia do feto. Nos demais casos, o aborto é considerado um crime pelo Código Penal. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 1,5 mil abortos legais são realizados no país todos os anos. No entanto, pelo menos 200 mil mulheres são internadas anualmente em decorrência de complicações desse procedimento. Entre 1996 e 2013, 1.572 mulheres morreram por problemas relacionados ao aborto no país.

Aqui, esse debate voltou à tona recentemente em meio à emergência da zika e sua relação com casos de microcefalia. Aguarda para ser apreciada no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direita de Inconstitucionalidade apresentada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos que questiona as ações do governo em relação à epidemia e, entre outras medidas, defende a descriminalização do aborto para gestantes infectadas. O julgamento da ação pelo STF, que estava marcado para acontecer no dia 7 de dezembro do ano passado, acabou sendo adiado. Ainda não foi definida uma nova data.





## MÉDIOTEC: NOVA CARA DO PRONATEC PARA ACELERAR REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Antes mesmo da aprovação pelo Congresso Nacional da medida provisória que alterou o currículo do ensino médio, o Ministério da Educação já havia divulgado, em dezembro de 2016, o lançamento de um programa que, segundo a pasta, pretende antecipar na educação profissional as mudanças estabelecidas pela reforma aprovada no dia 8 de fevereiro deste ano pelo Senado. Trata-se do MédioTec, nome que recebeu o programa através do qual o governo federal pretende liberar R\$ 700 milhões para que os estados ofereçam aos estudantes do ensino médio matriculados em escolas públicas cursos técnicos concomitantes às aulas regulares a partir do segundo semestre de 2017. Anunciado como um braço do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o MédioTec deve, segundo o MEC, ofertar 82 mil vagas para cursos com no mínimo 800 horas, na modalidade bolsa-formação. A pasta anunciou que vai realizar um mapeamento das demandas do “mundo do trabalho e renda” em cada região e, com isso, adequar as “aptidões formativas necessárias” para atendê-las, como informou Eline Braga, secretária de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC em uma publicação sobre o MédioTec no Portal do ministério. Eline acrescentou que o programa visa estimular “parcerias” entre instituições ofertantes, públicas ou privadas, e as empresas “com carência de profissionais especializados”, para que os alunos atuem como estagiários ou aprendizes durante a realização do curso. Questionado sobre essa nova etapa do Pronatec pela reportagem da Poli, o MEC não deu retorno até o fechamento desta edição.

Para Marise Ramos, professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz, o MédioTec é uma roupagem nova para velhas práticas que, inclusive, já vinham sendo realizadas através do Pronatec, lançado em 2011 no governo Dilma Rousseff. Segundo ela, o fomento à formação profissional na modalidade concomitante ao ensino médio regular estava previsto no decreto 2.208/97, que regulamentou os artigos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) relativos à educação profissional. Este foi revogado por outro decreto, de 2004, o 5.154, que enfatizou a formação profissional integrada ao ensino médio. “Já o Pronatec acabou fomentando a concomitância, porque o Bolsa-Formação incentivava os jovens a fazerem o curso técnico ao mesmo tempo em que cursavam o ensino médio. O que o MédioTec faz é retomar essa ideia de concomitância e rebatizar algo que na verdade já existia para fazer a vinculação com



a reforma do ensino médio, que diferente das medidas anteriores, coloca a formação técnica dentro do currículo do ensino médio”, explica Marise.

Ainda segundo a pesquisadora, ao prever que o itinerário da formação profissional – que se for escolhido deverá compor 25% do currículo do ensino médio – poderá ser realizado por instituições “parceiras” sob a lógica da demanda do mercado de trabalho, o MédioTec opera uma “desescolarização”. “O problema está mais na reforma do que nisto, que de alguma forma sempre existiu. O Sistema S sempre se organizou para oferecer esse tipo de formação para o mercado. Mas agora se retira da escola a responsabilidade sobre a formação profissional e transfere para instituições parceiras e empresas”, alerta Marise, que acredita que com isso perde força a concepção de que a finalidade da educação

seja a formação humana e integral dos sujeitos. “A finalidade passa a ser uma adequação ao mercado de trabalho, aos interesses dos empresários. É uma privatização fomentada pelo Estado e é um empresariamento da educação”, reclama. A professora acredita que, nesse molde, o estudante que optar pelo caminho da formação profissional no ensino médio sairá duplamente prejudicado. “O jovem da classe trabalhadora que escolher esse itinerário vai ter um ensino médio pela metade e a outra metade será uma instrumentalização para um trabalho simples, sem sequer a garantia de que sua força de trabalho será utilizada em um contexto econômico desfavorável. Ele perde no conteúdo e perde na finalidade da formação”, critica.

A perspectiva de que os estudantes atuem como estagiários em empresas “com carência de profissionais especializados” é outro ponto polêmico, segundo Marise, para quem a legislação existente sobre o estágio na educação profissional proíbe esse tipo de situação. Pela lei, o estágio deve ser parte integrante do processo de aprendizagem, explica Marise. Para isso, ele precisa ser duplamente supervisionado: pela escola e pela instituição que oferece o estágio, que precisa de profissionais habilitados a orientar aquele estagiário na profissão escolhida pelo estudante. “Ora, se o estudante vai estagiar onde não tem profissionais habilitados na profissão que ele escolheu, ele vai ser supervisionado por quem? Isso não é prática curricular, é substituição de mão de obra. É força de trabalho barata para as empresas e ainda com o financiamento do Estado”, protesta. Para Marise, o MédioTec representa mais uma “pá de cal” no projeto da formação profissional integrada ao ensino médio. “Esse projeto só existe hoje pela resistência, reivindicação de instituições e da sociedade civil. Como política pública ele acabou”, lamenta.

## LOCAL DE DESCANSO PARA TRABALHADORES DA ENFERMAGEM PODE VIRAR LEI

Um projeto de lei em tramitação na Câmara propõe que instituições de saúde públicas e privadas ofereçam locais de descanso durante o horário de trabalho para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras. Apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto é fruto de uma reivindicação do Conselho Nacional de Enfermagem (Cofen). De acordo com dados da pesquisa ‘Perfil da Enfermagem no Brasil’, realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) em 2015 por iniciativa do Cofen, entre as dificuldades relatadas pelos profissionais da enfermagem para o exercício de suas atividades está a ausência de locais adequados para descanso nos serviços de saúde. O estudo foi citado na justificativa apresentada pelo senador para o projeto, que destacou que a falta de repouso prejudica a saúde e a qualidade do atendimento prestado por enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e parteiras.

De acordo com a pesquisa da ENSP, 50% dos trabalhadores da saúde no Brasil atuam na enfermagem, em torno de 1,7 milhão de profissionais, dos quais 80% são auxiliares e técnicos de enfermagem. O projeto tramita em caráter conclusivo nas comissões de Seguridade Social e Família e Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

## COTAS PARA EGRESSOS DE ESCOLAS TÉCNICAS

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto que cria cotas para egressos de escolas técnicas em indústrias e empresas que recebem isenções ou incentivos fiscais do governo. De acordo com o Projeto de Lei 5441/16, do deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE), as empresas ficariam obrigadas a contratar 20% de trabalhadores formados em escolas técnicas. Segundo o texto, a contratação se dará através de parcerias estabelecidas entre as empresas e as escolas técnicas, ficando a critério delas a definição dos cursos que melhor atendam a “demanda de qualificação existente”. O projeto prevê ainda que os cursos poderão ser oferecidos através de convênios entre o Sistema S e o governo federal.



Faixa de 'luto' estendida nos portões da Uerj

## MENSALIDADE NA FATURA

Crise das universidades públicas reacende discussão sobre a gratuidade no ensino superior e o modelo de formação que o país quer oferecer para a juventude. Setor público é responsável por menos de 30% das matrículas, embora concentre maior parte das pesquisas realizadas no país. Dados mostram também que ao contrário do que se argumenta, não são os ricos que estão nas universidades públicas

Raquel Júnia

**É** impossível passar na região do Maracanã, na zona norte fluminense, e não notar o maior dos 13 campi da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Uerj. Como síntese perfeita da crise que afunda o estado do Rio, a gigantesca estrutura impedida de cumprir a sua missão resiste como pode – “De luto na luta”, diz uma grande faixa na grade do prédio. No momento do fechamento desta reportagem, o Fórum de Diretores da Universidade adiava pela quinta vez o início do segundo semestre letivo de 2016 e condicionava o retorno das aulas a condições mínimas, como o pagamento dos prestadores responsáveis pelos serviços de limpeza e alimentação, o pagamento das bolsas estudantis e a garantia do governo do estado de uma cota financeira mensal para manutenção. Independentemente dos desdobramentos em uma das maiores universidades públicas do país, a crise na Uerj e a rapidez com que algumas propostas foram lançadas acendeu o alerta. “O que está acontecendo com a Uerj está acontecendo com as estaduais no país inteiro. Pode haver uma privatização branca, parcerias público-privadas, essa receita que está sendo falada de cobrar mensalidade dos alunos, fazer mais filantropia, prestação de serviço, etc. E as federais também têm o mesmo risco do receituário que está sendo sugerido por aqui, uma tentativa de que o governo não precise financiar a universidade do jeito que financia hoje. A Uerj serviria como balão de ensaio: se o modelo



funcionar aqui, pode funcionar em qualquer outra universidade do país”, denuncia o sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Uerj, Egberto Moura.

A avaliação de Egberto é compartilhada pela Associação dos Docentes da Universidade (Asduerj). Para o diretor da Associação e professor da Faculdade de Serviço Social, Felipe Demier, a mudança no financiamento e na estrutura da universidade pública é uma das principais tarefas do ajuste fiscal imposto pelo governo federal e replicado nos estados. “A universidade pública começa a ser descrita no discurso da ideologia neoliberal dominante, mais uma vez, como as grandes estatais foram descritas nos anos 1990 nos governos Fernando Henrique Cardoso, como aqueles elefantes paquidérmicos, lentos, burocráticos e, portanto, muito custosos. Todo esse discurso expressa as tarefas que estão colocadas para o ajuste fiscal no país, que vai ter na universidade um dos grandes alvos, talvez hoje o alvo prioritário”, analisa. Demier acrescenta que o arrocho aos servidores da Uerj, que até o fechamento desta edição não haviam recebido o 13º salário de 2016 e tinham seus salários pagos a conta gotas, também é pedagógico. “É um sinal de que nós temos que nos readaptar às condições da crise, portanto, sermos tratados como qualquer trabalhador entre aspas que, em tempos de crise, tem que apertar o cinto. É quase que um ataque mais à carreira do que propriamente a nós individualmente, na medida em que expressa uma crítica à opção por trabalhar na área pública, descrita como alvo de privilégios e de custos dispendiosos ao estado, ainda mais no momento de crise. Há mais uma vez a tentativa de tratar o trabalhador público como alguém beneficiado”, aponta.

Além da própria imobilidade do governo do estado do Rio em apresentar uma solução consistente para o problema, alguns fatos recentes alimentam a preocupação dos professores. Em editorial do dia 22 de janeiro, o jornal O Globo, citando um artigo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso – por sinal professor e ex-aluno da Uerj –, defendeu a cobrança de mensalidade nas universidades e a geração de “outras fontes de recursos”, como a prestação de serviços a empresas. Em outros estados, como no Rio Grande do Norte, a desobrigação do estado em financiar o ensino superior também foi apontada como uma solução para a crise financeira. Em uma entrevista à rede InterTV, afiliada à Rede Globo, ninguém menos do que o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o desembargador Claudio Santos, defendeu a privatização da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) para gerar economia para o estado. Segundo o presidente da Associação dos Docentes da Uern (Aduern), Lemuel Rodrigues, a declaração – dada em outubro do ano passado – provocou reações favoráveis de outros setores e deu origem a uma série de boatos, o que fez a comunidade universitária se mobilizar contra a proposta.

“Nós fizemos imediatamente uma ampla campanha, mobilizamos professores, alunos e técnicos da Uern e buscamos apoio nos demais servidores, principalmente no interior do estado. A Uern atende todo o estado, o campus central da Universidade é no interior, na cidade de Mossoró, que fica a 260 km da capital. A proposta dele [desembargador Claudio Santos] ecoou na Assembleia Legislativa, alguns deputados ficaram favoráveis, ecoou na Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Norte [Fiern], parte do empresariado da capital achou interessante a proposta. Inclusive houve boatos divulgados em blogs. Por enquanto não podemos nem afirmar que isso é verdadeiro, mas diziam que algumas universidades privadas já haviam, inclusive, sinalizado que comprariam a Universidade”, relata. Na ocasião, a reitoria da Uern também divulgou uma nota crítica que classifica a declaração do desembargador como uma “proposta sem lastro jurídico, social e econômico”.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Eblin Farage, o momento exige muita articulação na defesa das universidades públicas. Em fevereiro, durante ato unificado dos servidores do estado do Rio, o Andes convocou uma manifestação em defesa das universidades públicas estaduais. “A gente está vendo hoje a retomada das privatizações clássicas e, nesse momento, a bola da vez são as universidades públicas, para responder não só ao projeto de contrarreforma do Estado, mas às imposições dos organismos internacionais para a educação. Porque a educação se tornou uma grande mercadoria hoje no mundo, e não é à toa que os grupos internacionais empresariais têm investido tanto em comprar universidades. Essa receita que o governo Pezão [Luiz Fernando Pezão, governador do Rio] está fazendo aqui no Rio, que é de sucatear para depois privatizar, a gente já conhece”, reforçou, concordando que a solução encontrada para a Uerj poderá ser aplicada no restante do país. “A precarização já está posta em boa parte das universidades estaduais e o que o Pezão está fazendo aqui é um ensaio para que outros estados copiem esse modelo”, alertou.

### Quem pode, paga?

Na sustentação de propostas como a cobrança de mensalidade para os universitários, está a tese de que ricos estudam nas universidades públicas e que, portanto, poderiam pagar, enquanto os pobres estariam nas instituições privadas. O argumento se centra ainda na ideia de que apenas os que podem pagariam, e assim, a universidade dependeria menos dos recursos públicos. Para o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, a proposta é baseada em um argumento falacioso. “Na realidade, hoje, 66% dos nossos estudantes têm renda per capita familiar de, no máximo, um salário mínimo e meio”, sustenta, citando os dados da Pesquisa do Perfil

Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação desenvolvida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A última edição da pesquisa, divulgada em 2016 com dados relativos a 2014, mostra ainda que quase 32% dos estudantes das universidades federais vivem com renda familiar de meio salário mínimo. O estudo afirma que nacionalmente a renda média per capita dos discentes é de R\$ 916, sendo que nas regiões norte e nordeste este valor é ainda mais baixo - próximo de R\$ 717. Embora os dados sejam relativos às universidades federais, Leher afirma que nas estaduais há uma presença ainda maior de setores populares. “Tirando a USP e a Unicamp, se tomarmos como referência as universidades estaduais da Bahia, Paraíba, Piauí, e mesmo do Paraná, vamos encontrar um perfil social de estudantes muito fortemente pertencentes a frações mais exploradas e expropriadas da classe trabalhadora. São setores pauperizados, de fato, que estão nas universidades. Não por acaso, nós temos o problema, dramático hoje, da assistência estudantil”, aponta.

Para Felipe Demier, o discurso da cobrança de mensalidades tem uma aparência de verdade, o que pode torná-lo sedutor. “Se você olhar para uma turma dos formandos em medicina ou direito na USP, ou mesmo nas universidades públicas de Salvador, a enorme maioria – em alguns casos, a exclusividade – é de brancos e brancas. Mas esse momento de verdade muitas vezes é utilizado por essa ideologia para justificar um projeto que repousa numa explicação falsa e equivocada da realidade como um todo”, afirma, lembrando que outros cursos têm uma presença muito maior de alunos pobres e negros. Demier acrescenta que é preciso entender as raízes dessa desigualdade no acesso ao ensino superior e propor soluções ao invés de sacramentá-la como pretendem os defensores de propostas como a

da cobrança de mensalidades. “O que vai embasar de fato esse favorecimento de setores proprietários ou pequenos proprietários que conseguem entrar na universidade em detrimento das massas trabalhadoras é a desigualdade estrutural da sociedade brasileira, que é uma questão que vai além da educação. E que na dimensão educacional vai se expressar, sobretudo, no desmonte da educação pública fundamental e na intencionalidade do rebaixamento do custo da força de trabalho no país, para o qual realização de cursos superiores não é lá muito necessária”, explica. Esses elementos, na opinião do professor, tornam a argumentação pró-cobrança de mensalidades cínica. “Ao invés de defender a expansão do caráter público para todos, via, fundamentalmente, uma melhoria do ensino público para garantir, no mínimo, condições de concorrência iguais, adotando pelo menos o discurso meritocrático, eles vão negar a tal da igualdade de oportunidades”, critica.

O perfil dos estudantes da Uerj, instituição pioneira na política de cotas étnico-raciais, corrobora ainda mais as ponderações de Felipe Demier sobre a “meia verdade” de que nas públicas estudam os ricos. “Perto de 40% dos nossos alunos são cotistas. Dos outros 60%, mais de 80% são pobres ou de classe média baixa, então eles não teriam condições de pagar. Apenas 10% a 20% poderiam pagar se fosse o caso”, explica Egberto Moura, destacando ainda que a universidade tem nove mil bolsistas.

Para Demier, essa composição da Uerj torna ainda mais simbólica a crise atual e as soluções que têm se apresentado. “Não é coincidência o fato de que dentre as grandes universidades do país, a que vem sendo alvo de ataque e, portanto, de experimento dessa combinação entre políticas estaduais e federais na aplicação da austeridade, seja justamente aquela universidade mais identificada com uma tradição popular, a primeira, por exemplo, a adotar a política de cotas. Vai ser justamente essa universidade, em grande parte negra, em grande parte popular, que em tempos de uma intensificação das contrarreformas e do ajuste fiscal, será o principal alvo. Essa dimensão simbólica também não dá para ser descartada”, reforça.

O sub-reitor da Uerj sustenta ainda que independentemente do posicionamento contrário ou favorável à cobrança de mensalidades, a medida, se implementada, nem de longe garantiria o sustento da universidade. “A outra hipótese, colocada inclusive pelo ministro Barroso, de filantropia, a gente aceita. Por que não? Inclusive dele. A questão é que ninguém doou nada até hoje, e não existe empecilho legal para doar. A gente pode receber em bens. Podem doar, por exemplo, um sistema de ar condicionado para a universidade, não tem problema nenhum, podem doar computadores, equipamentos”, diz. Foi assim, segundo ele, que a universidade adquiriu recentemente um nobreak especial, equipamento capaz de manter funcionando um sistema de computadores diante de uma queda de energia, doado pelo Comitê dos Jogos Olímpicos. “Não podemos esquecer que já pagamos a universidade através dos impostos. Está embutido ali o que a sociedade contratou com os governos, e ela contratou constitucionalmente a existência de universidades. A Uerj está na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, assim como as federais estão na Constituição Federal. Nesse contrato, o governo se responsabiliza por ter um percentual do ensino superior, que, hoje em dia, infelizmente, não passa de 20%”, complementa, destacando o fato de que o ensino superior brasileiro já é altamente privatizado. Segundo dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2014, mais de 80% das matrículas de graduação estavam concentradas em instituições de ensino superior privadas.

O reitor da UFRJ considera preocupante que um posicionamento pró-cobrança de mensalidades venha de um ministro do Supremo. “A nossa Cons-



TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Sem aulas e bolsas, estudantes da Uerj protestam

tuição é muito clara quando afirma no artigo 205 que a educação pública no Brasil é gratuita. Quando o próprio ministro do Supremo deixa de observar o que está na Constituição, algo estranho está acontecendo”, problematiza. A Poli tentou entrar em contato com o ministro Luis Roberto Barroso, mas ele afirmou, via assessoria de imprensa do STF, que deixaria a entrevista “para uma outra oportunidade”.

Para o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) Marcelo Bender, o quadro levanta preocupações também em relação à manutenção da rede de educação profissional, que teve grande expansão a partir de 2007 e conta hoje com mais de 600 unidades, entre Institutos Federais, Cefets e Colégios Pedro II, com 850 mil matrículas. “Nós já vencemos no mínimo há uns dez anos essa discussão de cobrança de mensalidades”, critica. Segundo Bender, o perfil dos estudantes dos Institutos Federais, que além do ensino médio integrado à educação profissional, também oferece ensino superior, expressa uma popularização do acesso, já que mais da metade dos alunos são oriundos das escolas públicas. “O nosso entendimento é que se o Estado brasileiro quer induzir desenvolvimento social e econômico, ele tem que pegar o recurso que vem dos impostos, da arrecadação e criar essas políticas induzidas. Talvez num futuro possa se rever isso, mas hoje, se fôssemos cobrar ou tirar o sustento da instituição pelas matrículas, quem iria estudar? Iríamos dar passos para trás”, sustenta.

### A quem interessa a privatização?

Para Felipe Demier, o discurso de cobrança de mensalidade descortina alguns dos objetivos estratégicos do sistema capitalista em relação à educação. O primeiro, segundo ele, é diminuir a transferência do fundo público para o setor, como prevê a plataforma neoliberal clássica. O segundo objetivo seria abrir uma área de investimento para o capital. “Isso já é feito na saúde via Organizações Sociais (OS). Essa também é uma característica que deita raízes na história do neoliberalismo. Se a gente pegar a partir dos anos 1980, com a Thatcher na Inglaterra e, depois, com os governos neoliberais que vão se espalhar pela Europa Central, já se percebe, combinadamente à tentativa de cortar custos do Estado, a adoção de medidas que buscam abrir essas áreas, até então monopólios públi-

cos, para aquele capital excedente, que não consegue se realizar na esfera da produção usual”, explica. Já o terceiro objetivo, enumera o pesquisador, tem a ver com a própria margem de lucro das instituições de ensino privadas. Demier credita a reflexão a um ex-aluno da Uerj, o pesquisador Pedro Ribeiro. “Ele chamou atenção para o seguinte: as universidades públicas, apesar de todas as crises que enfrentaram, ainda nutrem uma imagem positiva. Isso, numa sociedade muito desigual como a brasileira, faz com que aqueles setores que poderiam pagar, inclusive das classes médias mais abastadas, ainda ‘optem’ pela universidade pública. Isso faz com que, no setor privado, o público-alvo preferencial acabe sendo forçosamente os setores mais proletarizados, que só têm condições de pagar uma mensalidade mais baixa. Então, de certa forma, esse projeto de privatização da universidade, por si só, é funcional porque dá um aumento da lucratividade do setor privado”, aponta. Nesse sentido, a derrota das universidades públicas seria desejável, para que as particulares atraíssem os estudantes de origem familiar mais rica e pudessem cobrar mensalidades mais altas.

A publicidade recente de muitas instituições de ensino privadas, se não confirma totalmente essa análise, aponta, pelo menos, que há quem lucre com a crise. As universidades e faculdades têm oferecido descontos variados para os alunos que se transferirem das públicas. De acordo com Egberto Moura, na Uerj se observa desde 2015 um aumento dos pedidos de transferência dos estudantes. “Esses pedidos praticamente dobraram em relação à média histórica da universidade”, lamenta. Ele afirma que as transferências têm ocorrido tanto entre não cotistas quanto cotistas, que, na maioria das vezes, apesar de não terem recursos, passam a apostar no Fies [Financiamento Estudantil] ou em uma bolsa do Prouni [Programa Universidade para Todos], que são subsidiados com recursos públicos.

## “Cozinhando em banho maria com a água evaporada”

RAQUEL JÚNIA

As outras duas universidades estaduais do Rio, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), localizada em Campos dos Goytacazes, há cerca de 400 quilômetros da capital, e a Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo), localizada em Campo Grande, bairro da zona oeste da cidade, distante mais de 50 quilômetros do centro, menores e com menos tradição do que a Uerj, estão na mesma situação. “Estamos muito depreciados, muito precarizados. Estamos sendo cozidos em banho-maria já quase com a água evaporada. Nós estamos nessa luta desde fevereiro de 2016. Eles trocam secretário, aí volta tudo à estaca zero. A gente não tem a quem recorrer. Nós estamos sendo vandalizados”, revolta-se a diretora da Associação dos Docentes da Uenf (Aduenf), Maria Angélica Pereira. Professora da Faculdade de Veterinária, ela conta que os animais atendidos na universidade estão sendo roubados. “E ali é o seguinte: Campos dos Goytacazes é o núcleo central do norte-fluminense, e antes da Uenf ali só tinha faculdades particulares. A Uenf deu chance de a população mais pobre estar de frente com uma educação pública de qualidade sem pagar. Nesses mais de 20 anos de presença da universidade, até o IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] da região aumentou. Nós damos assessorias para os produtores, para os cortadores de cana, damos assistência a pescadores. A presença da universidade ali é um fator fundamental para aquela região progredir. E aí vem um governo desse e seca, fecha a torneira, e a gente fica à míngua, com o salário defasado e sem saber o que fazer. A gente vem aqui, fala, grita e nada”, lamenta a professora que caminhava com dificuldade devido a um dedo do pé quebrado, debaixo de um sol a pino, durante o ato em defesa das universidades públicas realizado em fevereiro. Maria Angélica e outros servidores da Uenf acordaram de madrugada para percorrer as quatro horas que separam a Uenf da capital.

A poucos metros de Maria Angélica, Daniele Grazinoli e a filha, Maria Clara Moura, caminhavam de mãos dadas no protesto. A menina, de 11 anos, é estudante do Colégio de Aplicação (CAP) da Uerj, também paralisado pela crise. A mãe explica por que aposta nesta formação para a filha. “A principal diferença é que nessas escolas as crianças têm o contato com o conhecimento de forma diferenciada, desde a educação básica eles têm acesso às modalidades de conhecimento através da extensão, da pesquisa e do ensino, que é a finalidade da escola. Isso faz uma diferença muito grande na produção de conhecimento. Eu acho que isso é o principal diferencial dessa escola”, sintetiza Daniele. “Normalmente, os colégios de aplicação são muito atacados, porque eles são a prova de que a educação pode ser potente. Ter essas esco-



las que demonstram isso é uma pedra no sapato de todo governo que não quer investir em educação. Investir em educação é investir na produção de um povo que contesta, de um povo que não está satisfeito com os desmandos dos políticos. Quem vai querer financiar uma escola dessas? Então, essas escolas, assim como as universidades públicas, só existem por muita luta”, reflete.

Além dos campi e do Colégio de Aplicação, também faz parte da estrutura da Uerj o Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe). Ex-aluna da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Clarissa Pádua é estudante do último ano de medicina e passa todo o tempo da sua formação no hospital. Ela relata os prejuízos que a redução de atendimentos do Hupe, feita ao longo dos últimos anos, causa também à formação. “Nesse momento, a gente precisa de volume de paciente, precisamos ver situações diferentes. Estamos passando até mais tempo no hospital, voluntariamente, para podermos ver mais coisa. Os alunos de outros anos precisam ver muita gente, porque eles fazem anamnese, entrevistam, fazem exame. Tinha paciente que estava fazendo quase dez anamneses por dia, falando dez vezes a mesma coisa. Como tem pouco paciente, muita gente passa pelos mesmos. Então é muito sofrido para o paciente e para a gente também”, relata a estudante, que no momento de fechamento desta reportagem estava com a bolsa que recebe da universidade pelos trabalhos prestados no Hupe atrasada. Clarissa acredita que qualquer solução para a universidade que não seja o aporte de recursos públicos pode prejudicar ainda mais a formação. “Um hospital-escola não é lucrativo. O professor, que poderia estar fazendo uma cirurgia de forma rápida, precisa fazer a cirurgia explicando cada passo: ‘você está vendo isso aqui? Chega mais perto. Quer tocar?’. Então, ele leva o triplo do tempo que poderia levar. Por isso a nossa grande defesa aqui sempre foi que continuasse público, exatamente para nós podermos ter essa licença de demorar e aprender com qualidade”, defende.



## Outras tentativas de “autofinanciamento”

Embora agora a proposta de cobrança de mensalidades tenha ganhado porta-vozes notórios e esteja em alta, ela não é exatamente uma novidade. Em 2014, diante da crise da USP, uma reportagem do Jornal Folha de S. Paulo sustentou que 60% dos alunos da universidade poderiam pagar. Em meados do ano passado, a Associação de Docentes da USP (Adusp) foi informada sobre um estudo em curso feito por uma consultoria privada, a Mckinsey&Co, para reestruturação dos mecanismos de financiamento da universidade, o que incluiria a cobrança de mensalidades. O projeto, até então ocultado pela reitoria, teve que ser divulgado após a denúncia da entidade. A reitoria foi a público dizer que não se tratava de um estudo de cobrança de mensalidades, mas sim, de um projeto denominado ‘USP do Futuro’, cuja intenção é estudar formas de garantir mais autonomia financeira à universidade. O custo da consultoria (R\$ 5 milhões), segundo a reitoria, está sendo bancado por um grupo de ex-alunos da USP com intermediação da Comunitas – uma ONG que reúne empresários e tem como objetivo estimular a participação da iniciativa privada nos setores públicos. “É um absurdo completo, porque na Universidade você tem especialista em todas as áreas de conhecimento, e não dá para dizer que não é um pessoal competente. Portanto, a instituição não teria motivo para procurar uma consultoria privada para o que ela vai realizar, que é, segundo o documento, criar um modelo de excelência de captação de recursos e aprimoramento de gestão administrativa e financeira”, afirma o presidente da Adusp, Cesar Minto. Segundo a associação dos docentes, no final de 2016, o reitor da instituição apresentou ao conselho universitário o andamento da primeira fase do projeto USP do Futuro, com algumas propostas já lançadas pela consultoria, como a implementação de redução da jornada de trabalho dos servidores técnico administrativos com redução dos salários, expansão do plano de demissão voluntária e o desenho de um plano de desvinculação dos hospitais.

A preocupação dos docentes sobre uma possível privatização da USP a partir do trabalho da consultoria encontra ainda mais eco quando se observa o histórico de atuação da Mckinsey&Co. Um boletim especial produzido pela Adusp mostra que a consultoria foi responsável no país pelo planejamento da privatização do sistema Telebrás, no governo Fernando Henrique Cardoso, e, mais recentemente, no governo Lula, os estudos que resultaram na concessão parcial do setor aeroportuário. Por sua vez, a Comunitas tem atuação em diversos governos, em alguns casos, com contratos questionados na justiça por terem sido feitos sem licitação, como a triangulação entre Comunitas, Instituto Falconi e a prefeitura de Pelotas (PSDB), no valor de mais de R\$ 2 milhões para avaliar a qualidade e elaborar propostas para a educação do município. Para a Adusp, há muitas coincidências entre atitudes já tomadas pela reitoria nos últimos

anos, como os planos de demissão voluntária de técnico-administrativos, e as sugestões da consultoria, o que levanta a suspeita de que essa relação já existe há mais tempo sem o conhecimento do conjunto da universidade. No início do ano, diante da tentativa da reitoria de fechar uma das creches da universidade (creche oeste), pais, estudantes e servidores das USP realizaram uma ocupação. “Nos últimos três anos essa reitoria se livrou de três mil funcionários com duas etapas de planos de demissão voluntária. O desmonte da universidade passa por aí. A reitoria também tem trabalhado com a ideia de que a escola de aplicação, os hospitais universitários e as creches não são atividades fins da universidade, portanto, ela não tem obrigação de continuar mantendo”, aponta.

A Revista Poli entrou em contato com a assessoria de imprensa da Comunitas, levantando diversas questões sobre os motivos da parceria com a USP e se a ONG mantém relações com outras universidades públicas. A resposta recebida foi genérica. “A Comunitas trabalha no aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e no estímulo à participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país. Por meio do envolvimento de diversos atores, a Comunitas impulsiona e fomenta ações conjuntas com o apoio de líderes de grandes empresas, engajados nas várias frentes de atuação. O trabalho da McKinsey na USP do futuro se insere nesse conceito”.

A reitoria da USP também foi procurada para responder sobre os questionamentos acerca da parceria com Mckinsey e Comunitas, além de outras questões levantadas pela Adusp, como a tentativa de fechamento da creche e a falta de professores no colégio de aplicação. Em resposta a algumas das perguntas, a assessoria enviou posicionamentos anteriores da USP expressos em matérias do site da universidade. Em uma delas, a reitoria aponta novos projetos já como resultado do ‘USP do futuro’, entre eles a criação de um fundo patrimonial ou *endowment* conduzido por um grupo de docentes da Universidade. A própria matéria explica: “*endowment* é um fundo constituído por doações feitas a uma instituição e aplicado no mercado financeiro para criar um patrimônio e gerar rendimentos contínuos, que podem ser usados para o financiamento de projetos e bolsas de estudo. A proposta é que o fundo a ser criado na USP siga o exemplo do programa desenvolvido pela *Harvard University*, que atingiu, em junho deste ano, a marca de US\$ 35,7 bilhões.” A reitoria não respondeu sobre a manutenção da creche e do colégio de aplicação.

Para a doutoranda em educação pela UFRJ, Simone Silva, que estuda as relações entre a universidade e o setor privado, essa é tipicamente uma forma de privatizar as instituições. “Há várias formas de privatizar, esta talvez seja a mais direta. Submeter a subsistência da universidade pública e a sua produção científica e acadêmica a uma política de doações e investimento no mercado financeiro não tem



relação com a função social da universidade. Com efeito, as grandes doações serão feitas por setores empresariais interessados nos serviços que a universidade pode proporcionar”, alerta. Simone aponta ainda as contradições na comparação entre a realidade das universidades brasileiras e estadunidenses. “Na incessante busca por se assemelhar ao modelo estadunidense, o ensino superior brasileiro aponta a intenção de manter a subordinação na produção científica e acadêmica de um país periférico. O financiamento público deve prever resultantes para o conjunto de uma sociedade. Deve estar direcionada a promover o desenvolvimento do país com o intuito de superar as mazelas pelas quais aquela sociedade está submetida. Os elementos de vulnerabilidade a que estão submetidos a população brasileira em nada se assemelham com as necessidades de um país de capitalismo central como os Estados Unidos e tampouco as universidades brasileiras se assemelham às universidades daquele país”, reforça.

A poucas horas do fechamento dessa reportagem, a Adusp denunciou mais um projeto da reitoria da USP que, na visão da entidade, ataca a universidade pública. A proposta, denominada ‘Parâmetros de Sustentabilidade Econômica - Financeira da USP’ impõe um limite de gastos com pessoal, o que autoriza a reitoria, inclusive, a exonerar servidores, além de impedir reajustes e contratações. “A proposta prevê ainda que no mínimo 40% do número de servidores ativos sejam docentes, depois do segundo PIDV (Plano de Demissão Voluntária) esse percentual é de aproximadamente 30% - seis mil docentes para 14 mil técnico-administrativos. Se o número de docentes for mantido, isso implicará a exoneração de quase cinco mil técnico-administrativos nos próximos anos. A regra passaria a valer a partir de 2022, mas as regras transitórias buscam garantir que em pouco tempo estes percentuais sejam atingidos”, denuncia a Adusp, em nota. A entidade reforça a necessidade de os professores rechaçarem duramente a proposta. “Ou enfrentamos decididamente este ataque com uma recusa contundente ou rifamos para os mercadores da educação escondidos sob alguma fachada

filantrópica a nossa sobrevivência e a da universidade que construímos”, conclama.

Uma história de desfinanciamento e incentivo ao negócio

Independentemente da receita usada para privatizar as universidades, os pesquisadores ouvidos pela Poli alertam que os ingredientes descritos são sempre os mesmos e os experimentos já foram feitos em menor ou menor grau em sucessivos governos. A universidade pública, sustentada, sempre esteve em risco. “Desde o seu nascimento, a universidade pública no Brasil teve a possibilidade de universalidade impedida e a autonomia ameaçada. A reforma universitária de 1968, impetrada pelo governo empresarial-militar, pode ser considerada a primeira grande medida de abertura para o setor privado no ensino superior brasileiro que, sob a reivindicação justa dos estudantes por aumento de vagas, deu ao setor privado condições de crescer com o seu negócio. Além de estimular a entrada do setor privado, produziu a possibilidade de um ensino superior não baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão”, lembra Simone.

Roberto Leher acrescenta que a educação superior universitária no Brasil é tardia, da segunda metade do século 20 e que a expansão foi pequena até a década de 1970. “Em 1975, já no período duro da ditadura empresarial-militar, nós vamos ter, pela primeira vez, um equilíbrio entre matrículas públicas e privadas e, desde então, nunca mais as universidades públicas foram superiores em número de matrículas. Essa lógica, digamos, de que o Estado deveria incentivar o setor privado por meio de bolsas e incentivos diversos, inclusive incentivos tributários com renúncia fiscal, se estabeleceu no período da ditadura”, detalha. O professor destaca também que a criação do crédito educativo, o precursor do hoje chamado Fies, foi uma obra do governo empresarial-militar. “Atingimos em torno de 44% das matrículas públicas, mas esse percentual foi caindo e essa queda veio acompanhada, já na década de 1990, de uma ofensiva muito sistemática pelo fim da gratuidade das instituições universitárias públicas”, completa.

É da década de 1990 um conhecido documento do Banco Mundial traduzido para o português com o título ‘O Ensino superior. As lições derivadas da experiência’, que recomenda a diversificação das instituições de ensino superior quanto à natureza dos investimentos. “Neste período o banco se transforma em um agente internacional de políticas para o desenvolvimento de países periféricos que, para além de defender credores, passou a elaborar políticas em áreas mais complexas e abrangentes como a Educação como condicionantes para a renovação de empréstimos”, pontua Simone. “Desta forma, a cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes, corte de verbas para a assistência estudantil e a utilização de verbas privadas advindas de doação ou prestação de serviços que seriam



administrados através de convênios firmados entre as empresas e a universidade pública, mediados por uma fundação de direito privado, seriam, segundo o Banco Mundial, a saída para uma universidade de qualidade”, destaca. Ainda de acordo com o relatório, a participação do setor privado não seria resumida ao financiamento da universidade, mas também na composição dos conselhos superiores, responsáveis por decidir os rumos das instituições.

### Inovação: a alma do negócio

Segundo Simone, o retrato da pós-graduação no país mostra bem o avanço dessas “orientações”, independentemente do governo de turno. Desde a década de 1990, segundo ela, esse tem sido o principal flanco por onde o setor privado tem adentrado as universidades especialmente a partir da criação das fundações de direito privado. “A lei de Inovação Tecnológica (10.973/2004) e a criação da Embrapii [Empresa Brasileira de Inovação Industrial] foram medidas concretas para esta aproximação, que agora tem no novo marco legal de Ciência e Tecnologia um facilitador para a parceria público-privada, no qual o beneficiado é o setor privado”, afirma. Simone explica que a Embrapii, criada em 2013, tem como objetivo atuar por meio de cooperação com instituições de ciência e tecnologia públicas ou privadas, para atender as demandas empresariais e compartilhar com elas o risco na fase pré-competitiva da inovação. O novo marco, sancionado em 2016, também simplifica a integração público-privada. “Com a aprovação da lei [novo marco] à empresa é permitido utilizar espaços, equipamentos e servidores de instituições públicas. O estabelecimento de contratos entre as instituições públicas e as empresas foi simplificado, assim como o processo licitatório. A lei também autoriza o recebimento direto de recursos das agências federais de fomento (Capes, CNPq e Finep) pelas fundações de apoio. Ainda promove a integração de empresas privadas ao Sistema Nacional Público de Pesquisa, permitindo o acesso a recursos públicos. Para permitir agilidade na integração, as fundações de apoio passam a poder assumir a administração financeira desses contratos, apesar das recentes investigações e escândalos envolvendo-as”, detalha, lembrando que recentemente uma matéria do jornal O Estado de São Paulo denunciou “contratos obscuros” protagonizados pelas fundações de direito privado que existem dentro das universidades públicas. “Talvez essa seja a forma mais vilipendiosa de atacar a estrutura da universidade pública. A combinação de ensino, pesquisa e extensão para a formação de profissionais de alto nível e para a produção de pesquisas de relevância para a sociedade vai sendo substituída pela utilização dos pesquisadores e cientistas formados pela universidade e para a sociedade como técnicos pesquisadores de alto nível para empresas. Ao alterar as relações de trabalho dentro da universidade, se interfere diretamente no seu funcionamento

cotidiano, mudando o seu caráter”, aponta Simone.

A pesquisadora destaca ainda que, diferente de outros países, os setores produtivos brasileiros praticamente não investem em pesquisa e inovação, dependendo, nesse aspecto, quase integralmente das universidades e instituições públicas. “Comparando o dispêndio governamental em pesquisa e desenvolvimento, a situação do Brasil se aproxima dos países que mais investem, segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, quando essa comparação se dá no campo do dispêndio privado, o percentual despenca”, afirma. De acordo com o Ministério da Educação, as universidades públicas são responsáveis por 90% da pesquisa básica e aplicada no país.

### Expansão freada

A análise da atual crise da educação superior precisa levar em conta ainda a realidade dos últimos anos, especialmente nos dois primeiros mandatos do PT à frente do Executivo, quando houve uma expansão do investimento público no ensino superior, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Um processo que, como ressalta Roberto Leher, não se deu sem grandes contradições. “Entre 2007 e 2012, tivemos a criação de novos campi universitários. Já em 2013, ficou evidente a estagnação de recursos justo quando os efeitos da expansão dos anos anteriores exigiam crescimento e, a partir de 2014, nós vamos ter um gráfico descendente”, aponta. “De outro lado, nós vamos ter um incentivo fortíssimo ao setor privado, hoje completamente fora de controle, através do Fies, que já tem um custo anual de R\$ 20 bilhões, tendo como contra partida um número muito pequeno de vagas e que trouxe para o setor de educação um novo sujeito que são os fundos de investimento. A presença desses fundos gerou e está gerando ainda um processo rápido de fusão de grandes empresas educacionais - talvez o exemplo mais marcante nesse momento seja o controle pela Kroton do grupo Estácio, e sempre com a presença de organizações financeiras”, complementa.

O professor situa o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, como um elemento novo que significou uma reorientação da política de educação. “Numa forma específica de inserção do Brasil na economia mundial, a universidade perdeu espaço. E não foi somente a universidade. É importante lembrar que, de 2014 para 2015, a queda de recursos para a área de ciência e tecnologia foi muito acentuada e, sobretudo de 2015 para 2016, despencou. O que estavam sinalizando? Que as prioridades mudaram. Então, esse ciclo expansivo foi, digamos, um ponto um pouco fora da curva. O próprio governo do PT, já a partir de 2014, estava claramente abandonando esses horizontes de expansão das universidades

públicas”, analisa Leher. Segundo ele, a maior parte das universidades federais recebeu em 2016 metade dos recursos de investimento em comparação a 2014 e, para 2017, a expectativa, de acordo com o que está previsto na Lei Orçamentária Anual, é de uma diminuição de recursos na ordem de aproximadamente 12%.

O aporte de recursos públicos nas instituições de ensino superior privadas, entretanto, não sofreu o mesmo freio. “Em 2010 o Fies envolveu o gasto de R\$ 1 bilhão; em 2014, R\$ 13,5 bilhões, um crescimento exponencial sem paralelo. Em 2015, esse montante já estava na ordem de R\$ 15 bilhões, e em 2016, de acordo com o Ministério da Fazenda, o Fies custou R\$ 20 bilhões. No processo de expansão do Reuni nas federais, os investimentos novos das universidades nesses anos todos, somando de 2007 a 2015, chegou à ordem de R\$ 7 bilhões, ou seja, todo o investimento na expansão durante esses anos todos é muito inferior ao que se gasta hoje com o Fies”, critica Leher. E completa: “Se as universidades públicas tivessem R\$ 20 bilhões neste ano para investimentos, melhorias, expansão, a gente faria uma revolução educacional no país”, destacando que as 63 universidades federais contam com um orçamento anual para investimento – o que inclui novos prédios e aquisição de equipamentos – de R\$ 1 bilhão, valor que se manteve praticamente congelado nos últimos dois anos.

O presidente do Conif, Marcelo Bender, também se preocupa com a falta de recursos para manutenção e expansão dos Institutos Federais, sobretudo neste cenário pós a entrada em vigor da regra do teto dos gastos públicos (EC 95). “Nos preocupa quais vão ser as prioridades do Estado brasileiro a partir dessa PEC [que congela os gastos públicos]. Já estamos sob uma contenção maior, estamos recebendo 1/18 da Lei Orçamentária Anual (LOA) até março. O normal seria recebermos 1/12 mensais, mas o governo baixou um decreto limitando para 1/18 durante janeiro, fevereiro e março. Então, já temos problemas em relação a isso. Isso arrocha muito as iniciativas”, afirma.

### Para onde caminha a universidade

Para o professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e presidente da Associação Nacional de Políticas de Administração da Educação, João Ferreira, todas essas propostas de privatização da universidade pública evidenciam que o Brasil caminha na contramão de outros países, que estão, inclusive, revendo suas políticas. “Na América Latina o Brasil é o segundo país com educação superior mais privatizada. A gente só perde para o Chile, onde há 100% de privatização. E lá eles estão procurando rever essa questão da cobrança de mensalidade, do sistema de vouchers. A Alemanha também tem refeito esse debate. Ao invés de estarmos falando de cobrança de mensalidades, deveríamos estar procurando meios de fazer a universidade se vincular mais ao processo de desen-



Ocupação da Uerj em 2015

volvimento econômico do país”, problematiza.

O professor lembra que, com o Plano Nacional de Educação (PNE), o país assumiu um compromisso de atingir no ensino superior 33% de matrículas líquidas até 2024, percentual que hoje está em torno de 17%. “O PNE diz também que 40% das novas matrículas de 2014 a 2024 deveriam ser públicas. Isso significaria não o que estamos assistindo, mas um grande investimento na expansão da educação superior pública. Nós estamos completamente atrasados em relação a todos os países da América Latina em termos de oferta da educação superior. Nenhum país da América Latina tem esse patamar de 17% de matrícula líquida da população de 18 a 24 anos, a maioria dos nossos vizinhos tem entre 25% e 40%”, destaca.

Para Roberto Leher, o futuro da universidade pública como a conhecemos, sustentada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, vai depender da capacidade da sociedade brasileira e dos setores organizados em defesa dos investimentos públicos na educação em intervir no cenário político. “Seguramente a partir de 2018, a depender dos desdobramentos das eleições, essa agenda vai ganhar muita força. O que nos preocupa é que as condições para o fim da gratuidade estão sendo colocadas. A crise da Uerj, impen-sável cinco anos atrás que chegaria a este estágio, demonstra com muita nitidez o grau de estrangulamento que o Estado pode fazer a uma instituição, a naturalização da ideia de que, diante desse caos, é melhor cobrar mensalidade do que fechar. Então, esse é um método, digamos, perverso, de implementação de políticas por meios puramente coercitivos”, critica.

A presidente do Andes, Eblin Farage, acrescenta que a proposta de privatizar a universidade pública não encontra eco na sociedade. “A sociedade está em crise e também não tem dinheiro para pagar a educação. A saída para nós é, de fato, resistir a esse modelo de privatização e apontar as soluções que achamos para a crise. Auditoria cidadã da dívida pública para nós é uma saída; além da taxação das grandes fortunas e do aumento dos impostos dos empresários. Na nossa avaliação, os serviços públicos já são insuficientes para a demanda que existe”, reforça. ○



# Cada vez mais desiguais

Desde os anos 1970, a desigualdade entre ricos e pobres no mundo só fez crescer. Enquanto oito bilionários detêm o mesmo que 3,6 bilhões de pessoas, novas pesquisas mostram que até onde se pensou que o abismo social havia diminuído – caso do Brasil – nenhuma política ou governo foi capaz de solucionar o problema

Maíra Mathias

**N**os últimos anos, alguns números vêm atravessando o caminho dos empresários, investidores e governantes mais poderosos do globo, justamente quando esses personagens acorrem aos Alpes prontos a reafirmar os avanços ‘indiscutíveis’ que a economia de mercado trouxe para a humanidade. Não que não tenha havido avanço. Houve, sim. Mas da desigualdade. Atualmente, os oito homens mais ricos do mundo detêm, juntos, US\$ 426 bilhões. É o mesmo valor compartilhado por 3,6 bilhões de pessoas, que representam a metade mais pobre da população mundial. Em 2015, o número era ‘menos’ chocante: 62 bilionários precisavam somar suas fortunas para fazer frente a essa multidão. Mas foi naquele ano que o 1% mais rico passou a acumular o mesmo que os 99% restantes. Se a tendência se perpetuar, em 25 anos poderemos conhecer o primeiro trilionário. Esses e outros dados têm sido divulgados de maneira estratégica pela ONG britânica Oxfam no Fórum Econômico Mundial, que acontece em Davos na Suíça.

No outro quadrante do planeta, durante algum tempo noticiou-se tendência oposta. Depois de décadas marcando presença na lista das nações mais desiguais, o Brasil teria conseguido reduzir sua histórica concentração de renda

neste início de século a partir de uma combinação virtuosa de crescimento econômico e políticas públicas. Contudo, uma bateria de estudos apoiados em números inéditos do Imposto de Renda veio atravessar esse samba. “A concentração no Brasil não tem paralelo no mundo”, rebate o economista Rodrigo Orair, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Com base nas informações liberadas pela Receita Federal em 2016, ele e outros pesquisadores têm demonstrado que medidas como transferência de renda e valorização do salário mínimo não





foram suficientes para diminuir o abismo entre pobres e ricos e. E isso por uma razão muito simples: a despeito de o andar de baixo ter ganhado alguma coisa, o 1% mais rico seguiu abocanhando cerca de 23% de toda a renda nacional. E sendo pouco – ou nada – tributado por isso.

Lá e cá os números gritam: estamos cada vez mais desiguais. Mas quem acompanha o noticiário sabe que da mesma forma abrupta com que esses números estampam as páginas dos jornais – quando estampam –, uma vez cumprido o ciclo midiático, eles somem. Sem explicação, contextualização ou massa crítica acumulada parecemos estar fadados a esquecer o assunto até que o mais novo estudo rompa o horizonte e nos surpreenda com uma lista ainda mais exígua de bilionários. Nessa reportagem, além dos números, você vai conhecer algumas análises que, de olho na história, ajudam a refletir sobre o sentido da desigualdade no mundo em que vivemos.

### Dos ‘anos dourados’ ao fundo do poço

Ao divulgar o relatório este ano, a Oxfam usou a sugestiva imagem de um carrinho de golfe. Com oito assentos, o veículo comporta os homens mais ricos do mundo. Já para embarcar metade da população mundial seriam necessários nada menos do que 450 milhões de carrinhos. A desigualdade neste caso é gritante. Mas um primeiro passo para entender a desigualdade no mundo é perceber o quanto ela é fundante. O modo de produção capitalista pressupõe uma relação desigual entre o dono da fábrica e quem nela trabalha. Não faz parte desse *script* superar essa assimetria. Quando se fala em avanço da desigualdade, portanto, não se parte de uma situação de igualdade. Mas de um fosso social menos profundo.

“É preciso deixar claro dois movimentos aparentemente contraditórios. O primeiro: é possível haver melhor distribuição de renda e melhores condições de vida sob o capitalismo, e isso realmente ocorreu em alguns países durante algum tempo. O segundo: não há nenhuma tendência do capitalismo a melhorar nem a distribuição de renda nem as condições de vida da população. Ao contrário, tende a piorá-las, uma vez que seu impulso fundamental e sua lógica central é a do crescimento do lucro”, explica a historiadora Virgínia Fontes, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo ela, o que determina para onde se move o pêndulo entre esses dois polos é a pressão que a maioria das pessoas, os trabalhadores, são capazes de exercer sobre a minoria de donos de fábrica. E vice-versa.

Até o início do século 20, em todo o mundo a alíquota máxima do Imposto de Renda não passava de 10%. No cabo de guerra da política, as elites levavam sempre a melhor na sua resistência contra a tributação. “Foi preciso o caos político e econômico para que rapidamente essas elites concordassem em elevar as alíquotas do imposto para níveis superiores a 50%, chegando a ultrapassar 90% nos Estados Unidos e na Inglaterra”, diz Rodrigo Orair. Nada disso brotou da terra ou caiu do céu. Foram necessárias duas guerras mundiais, com várias revoluções e intensas lutas sindicais no meio, para que os trabalhadores acumulassem força suficiente para puxar a corda – que esticou a ponto de assustar o outro lado.

“O medo que se tinha ao final da Segunda Guerra foi que acontecesse o mesmo que ocorreu em praticamente todos os países que participaram da Primeira Guerra Mundial que, ao provocar uma miséria enorme, desencadeou a revolução alemã, a revolução russa, a revolução na Hungria, a revolução no norte da Itália, movimentos grevistas fortíssimos na Inglaterra... O mundo todo estava convulsionado porque os trabalhadores começaram a desertar em massa e a transformar uma guerra capitalista em revolução. A política de Bem-Estar Social foi pautada por esse temor de que, se nada fosse feito, poderia haver uma nova onda de levantes”, contextualiza a socióloga Lúcia Bruno, professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Assim, os países industrializados convergiram para a adoção de um pacote de medidas que, juntas, contribuíram para a redução drástica da desigualdade ao longo de várias décadas, período que ficou conhecido como os ‘30 anos de ouro’. Nessa cartilha, os tributos deveriam ser progressivos, ou seja: quanto mais rica a pessoa, maiores taxas lhe cabiam. Esse dinheiro iria compor o fundo público que, por sua vez, financiava políticas universais, como um sistema de saúde e uma rede de ensino públicos que qualquer um poderia – e deveria – usar. Por fim, houve a aprovação de uma série de leis trabalhistas que asseguravam salário mínimo, jornada máxima, férias remuneradas etc., e, com isso, tentavam equilibrar a balança desigual entre os interesses dos empregadores e dos empregados. “Então você tem um contexto muito específico que passa também por um dinamismo econômico e um novo paradigma tecnológico, em que prevalecia a ideia de um crescimento puxado pela indústria e pelo consumo”, acrescenta Rodrigo.

Isso começa a se reverter em meados da década de 1970, com uma crise econômica que faz emergir um conjunto de ideais que lançam o pêndulo no sentido do crescimento do lucro, de onde ele não saiu até hoje. “É a fase da globalização, da liberalização de mercados e da reorientação do papel distributivo da política fiscal. Criou-se um consenso de que não era função da tributação promover redução da desigualdade a partir do seguinte raciocínio: você tem que eliminar a progressividade dos impostos, fazer uma alíquota linear para todo mundo, sem essa lógica de que o rico deve pagar mais”, diz Rodrigo, fazendo referência ao neoliberalismo, paradigma econômico que afetou quase todos os países do mundo mais cedo ou mais tarde. “Normalmente, aquilo que os economistas neoliberais defendem como solução para a crise são ajustes estruturais da economia. Entre outras coisas, essas medidas bombardeiam os rendimentos do trabalho na expectativa de que haja uma concentração de capitais, e que esses capitais se trans-



formem em investimentos”, afirma, por sua vez, o sociólogo Ruy Braga, professor da USP.

Do ponto de vista da riqueza e da renda, os anos 1980 são o momento-chave para entender os números da desigualdade. A década é marcada por uma reestruturação nas empresas. “Começa na indústria, com o incremento da robotização, e evolui para a informatização das corporações, que transborda para o setor de serviços, onde se percebe nitidamente a eliminação daquilo que a gente poderia chamar de camadas intermediárias de trabalhadores. Postos de controle, análise, concepção e gerência foram substituídos por sistemas de informação”, completa Ruy Braga. Ao mesmo tempo em que diminuiu o número de pessoas com salários médios, a conta bancária dos funcionários no topo da hierarquia das empresas foi às alturas. Isso porque esses executivos foram transformados em ‘sócios’. Ou seja, parte substancial da sua remuneração passou a ser em bônus, ações ou outros ativos financeiros das empresas. Segundo o relatório da Oxfam, as empresas que atuam no Reino Unido transferem 70% dos lucros diretamente aos acionistas, quando em 1970 esse valor era de 10%, pois o restante era reinvestido na própria empresa. “Os rendimentos dos executivos aumentam na exata medida em que se mostram capazes de reduzir os custos das empresas, maximizando os lucros destinados aos acionistas. Como eles fazem isso? Cortando na força de trabalho, qualificada ou não. É uma bola de neve. E é uma lógica que ultrapassa qualquer país, qualquer política social”, explica Lúcia Bruno.

O arco do fenômeno da crescente polarização dos rendimentos se completa quando entra em cena a base do mercado de trabalho, que inchou. Esses postos são destinados a pessoas com pouca qualificação que, por isso mesmo, podem ser facilmente substituídas. “A cadeia produtiva é complexa. Alguns elos operam com trabalhos muito simples, que qualquer um pode fazer”, diz a socióloga, completando: “O capital precisa cada vez menos de um grande número de trabalhadores muito qualificados. O raciocínio é o seguinte: eu preciso de 10%, então não vou formar 100%. Se essa mão de obra potencialmente existente não vai ser necessária, por que investir na educação de todo mundo? Você qualifica uma elite e, para o restante, dá escola. Mas só porque a escola cumpre outra função fundamental, que é disciplinar e controlar essa juventude e essa infância pobre”.

Esse inchaço da base do mercado de trabalho está diretamente relacionado à globalização. “Quando a gente fala em mercado de trabalho, normalmente pensa em escala nacional: mercado brasileiro, argentino, indiano, francês. Mas com a globalização, houve a formação de um mercado global de trabalho em que houve a entrada de uma quantidade praticamente incalculável de trabalhadores e isso pressionou para baixo os salários no mundo todo”, diz Ruy. As empresas passaram a instalar ou contratar fábricas em países periféricos onde os impostos são menores, a legislação ambiental frágil, os salários e encargos trabalhistas mais baixos do que nos países centrais. Por seu turno, os governos nesses países oferecem isenções fiscais, flexibili-

zam leis existentes, acenam, enfim, com uma série de vantagens no afã de atrair investimentos. “A gente entrou numa espécie de corrida até o fundo do poço em que os Estados competem entre si e, assim, vão deprimindo as suas rendas nacionais. As forças sociais do trabalho estão totalmente na defensiva e os setores empresariais, as grandes corporações, os monopólios e oligopólios internacionais partem para a ofensiva porque acumulam muito poder econômico. Isso compra políticos, compra políticas e assim por diante”, analisa o professor da USP.

O relatório da Oxfam compila alguns números que tratam vários ângulos da gritante assimetria de renda hoje. Uma visão do topo para o centro: o diretor executivo da maior empresa de informática da Índia ganha 416 vezes mais que um funcionário médio da mesma empresa. Uma visão do topo para a base: um diretor-executivo de qualquer empresa do índice FTSE-100 (que acompanha os altos e baixos da bolsa de valores de Londres através das ações de 100 companhias) ganha em um ano o mesmo que 10 mil trabalhadores de fábricas de vestuário localizadas em Bangladesh. Uma visão panorâmica do mundo: a renda dos 10% mais pobres aumentou cerca de US\$ 65 entre 1988 e 2011, enquanto a dos 1% mais ricos aumentou US\$ 11.800, ou 182 vezes mais. Um retrato do país mais importante do capitalismo global: nos últimos 30 anos, a renda dos 50% mais pobres – 117 milhões de adultos – permaneceu inalterada, enquanto a do 1% mais rico aumentou 300% nos Estados Unidos.

## O caso brasileiro

Se nas economias dos países desenvolvidos a crescente desigualdade salarial tem sido o maior impulsionador da concentração de renda no topo, o caso brasileiro é um pouco diferente. Um dos poucos dados positivos do relatório da Oxfam diz respeito ao Brasil. Por aqui, os salários dos 10% mais pobres aumentaram mais que os pagos aos 10% mais ricos no período entre 2001 e 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita pelo IBGE. Isso aconteceu graças à adoção de uma política de aumento do salário mínimo acima da inflação implantada entre 2003 e 2016 pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Sob esse ponto de vista, a concentração de renda no país diminuiu. O Coeficiente de Gini, indicador que mede a desigualdade entre indivíduos, revelou melhora: em 1995 o índice brasileiro era de 0,601 e, em 2014, tinha caído para 0,518.

Acontece que esse não é o único jeito de medir a concentração de renda. “É possível estimar as desigualdades, basicamente, a partir de duas fontes de informação. A primeira são as chamadas pesquisas domiciliares. O IBGE sorteia domicílios, que visita ou telefona para aplicar um questionário. Os problemas: é difícil sortear uma família muito rica e, mesmo que seja sorteada, essa família tende a subestimar a renda, até porque o grosso desses rendimentos não vem de um salário, mas de dividendos, de aplicações financeiras.

Prédios são erguidos no 'Porto Maravilha', a poucos metros do morro da Providência no Rio de Janeiro



em que os mais ricos estavam pagando mais impostos, o país viveu uma ruptura institucional violenta: o golpe empresarial-militar de 1964.

Entre 1946 e 1947, o Brasil adotou alíquotas mais progressivas de Imposto de Renda, saltando de 20% para 50%. Quando João Goulart assumiu a Presidência, chegou a implantar a maior alíquota da história brasileira: 65%. “O golpe de 1964 assinalou um ponto de inflexão na trajetória da desigualdade. A fração do 1% mais rico interrompeu a tendência de queda e pulou de 17–19% para mais de 25% [da renda total] em apenas cinco anos. A alíquota máxima do IR voltou a ser 50%”, escreve Pedro Herculano.

O caso brasileiro é notável porque mesmo quando o país resolveu pautar a redução das desigualdades sociais e regionais durante a redemocratização, prevendo na Constituição ‘Cidadã’ de 1988 um conjunto de políticas universais inspiradas no Estado de Bem-Estar Social dos países desenvolvidos, ficou faltando um alicerce básico: tributar mais os ricos e menos os pobres. Ao contrário, de lá para cá se multiplicaram as ‘jabuticabas’ do sistema tributário brasileiro, que induzem a concentração de riqueza no topo. A despeito de sistemática campanha que faz parecer que todos pagam muitos impostos, os mais ricos têm o grosso dos seus rendimentos isentos. Em outras palavras, comem o pato e depois saem à francesa, deixando o prejuízo para o garçom.

Hoje o Brasil, junto com a Estônia, é o único lugar do mundo que não tributa dividendos distribuídos aos acionistas. Esses valores chegaram, em 2013, a R\$ 287 bilhões. Os cálculos feitos por Rodrigo e Sérgio mostram que o mecanismo faz com que os 70 mil brasileiros que ganham acima de R\$ 1,3 milhão por ano paguem proporcionalmente uma alíquota de IR de 7% – quando, em tese, deveriam pagar 27,5%. Isso acontece porque a partir de uma renda anual de R\$ 360 mil, as alíquotas começam a cair, pois a principal fonte de renda deixa de ser o salário e passa a ser os rendimentos isentos, principalmente lucros e divi-

Por isso, os rendimentos do capital tendem a ser subdeclarados nas pesquisas domiciliares. A outra maneira de mensurar a desigualdade é olhar o Imposto de Renda declarado pelas pessoas físicas. A vantagem é que eu capto bem a renda dos 7 milhões de adultos no topo, que são os 5% mais ricos do país, e consigo ir além, olhando para o 1% e até para o meio milésimo – 0,0005%”, explica Rodrigo.

As informações do Imposto de Renda não eram divulgadas pela Receita Federal desde 1997. Com os números referentes a vários anos liberados pelo órgão em 2016 em mãos, os pesquisadores puderam finalmente medir a concentração de renda ao longo do período em que as pesquisas domiciliares captaram queda na desigualdade. E o resultado mostra que o país ocupa há muito tempo uma posição sem paralelo no resto do mundo. “De todos os países que têm dados disponíveis, nenhum apresenta tamanha concentração de renda quanto o Brasil”, sentencia Rodrigo, que junto com o colega Sérgio Gobetti, chegou aos seguintes resultados: o meio milésimo da população – 70 mil brasileiros – abocanha 8,5% da renda nacional. Na Colômbia, esse estrato fica com 5,4%, na África do Sul e no Uruguai com 3,3%, em escala decrescente até a Dinamarca, onde o número é de 1,3%.

Os dados tributários trouxeram outra surpresa: diferente do que se pensava, os anos 2000 não foram o momento da nossa história em que a desigualdade mais diminuiu. A descoberta é de Pedro Herculano, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que analisou a mais longa série histórica de declarações do IR, que vai de 1926 a 2013. O período em que fomos menos desiguais foi entre 1942 e 1963, quando o 1% mais rico chegou a abocanhar ‘apenas’ 17% da renda total. Isso foi uma exceção, já que ao longo desses anos o centésimo mais rico deteve entre 20% e 25% de todos os rendimentos brasileiros fatia que, desde 2006, está na casa dos 23%.

Em termos comparativos, hoje os Estados Unidos é considerado um país “muito” desigual porque 20% da renda nacional vai para o 1% mais rico. Para se ter uma ideia de como a desigualdade explodiu recentemente na terra do Tio Sam, o 1% ficava com 16,9% da riqueza nacional entre 1930 e 1935 (antes da instituição de alíquotas progressivas no Imposto de Renda), patamar que no ocaso dos ‘anos dourados’ (1970-1975) havia regredido para 9,2%. Nos países do norte da Europa, constantemente citadas como exemplos na educação pública, no transporte e em outros serviços prestados aos cidadãos, os patamares são bem mais baixos: Dinamarca (6,4%), Holanda (6,4%) e Suécia (7,1%) são bons exemplos.

A desigualdade persiste até os dias de hoje, a despeito de melhoras circunstanciais, porque sempre que o país tentou mudar de rota a elite reagiu. Contrariando explicações para nossa situação que remontam à colonização portuguesa, a análise dos dados tributários demonstra que a distância entre o Brasil e o resto do mundo – particularmente do mundo desenvolvido – pode ser creditada ao fato de que lá uma profunda reforma tributária foi feita. E aqui, justo no momento



dendos, e aplicações financeiras, cujas alíquotas são mais baixas que a dos rendimentos do trabalho.

“Quando fez a reforma nos Estados Unidos nos anos 1980, Ronald Reagan tentou isentar os dividendos, mas houve grandes resistências. A reforma que ele queria passar era mais radical do que a que acabou sendo aprovada. No Brasil, conseguimos chegar muito perto do que o Reagan gostaria. E acabou passando batido”, conta Rodrigo. A comparação é com as reformas brasileiras, a primeira delas feita no governo José Sarney, que reduziu as alíquotas (de 50% para 25%) e a progressividade. Em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso aprovou a isenção dos dividendos, colocando uma pá de cal no papel distributivo da política tributária.

### Alerta geral

A crise econômica mundial de 2008 mudou a percepção das pessoas sobre a desigualdade. Não que o fosso entre os ricos e o restante da população não estivesse se aprofundando há décadas. Ele só não era notícia. Ficou mais difícil desviar os olhos do buraco depois que vários governos mobilizaram bilhões de recursos públicos para salvar os bancos da quebradeira e, mesmo assim, os dividendos pagos a acionistas e altos executivos dessas instituições seguiram sua trajetória rumo à estratosfera. Movimentos como o *Occupy Wall Street*, com seu recado de que os 99% não aceitavam mais sustentar o 1%, foram os precursores de uma nova abordagem da desigualdade, que desembocou em relatórios como o da Oxfam e não deixou incólume nem mesmo entidades historicamente defensoras das políticas neoliberais.

Em 2012, pela primeira vez o Fórum Econômico Mundial deu destaque à desigualdade no seu relatório anual que lista os maiores “riscos” globais. Caracterizando a desigualdade de renda como a “semente da distopia”, o texto alertava que em todo o mundo as pessoas constatavam que seu padrão de vida caía ano após ano, e isso vinha minando a confiança “na habilidade de os governos reverterem essa tendência”. Em 2015, foi a vez de o Banco Mundial renovar o vocabulário. A instituição que, desde 1968, construiu um discurso em torno da erradicação da pobreza, acrescentou em seu relatório a necessidade de a economia promover “prosperidade compartilhada”. Nenhuma entidade foi mais longe do que o Fundo Monetário Internacional (FMI), que em junho do ano passado, publicou um relatório que dizia que “em vez de gerar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade”.

Segundo Rodrigo Orair, os organismos multilaterais precisaram rever seus posicionamentos à medida que a crise de 2008 foi sucedida por novos períodos recessivos e foi ficando claro que os instrumentos convencionais da cartilha neoliberal se mostraram incapazes de tirar os países e o mundo dessa situação. “Significa a reabertura do debate. Questões que antes eram proibidas voltaram a ser discutidas. Mesmo no *mainstream* da economia, mesmo no *mainstream* político – o que é ótimo”, avalia, citando propostas

que ganham espaço como a do economista Thomas Piketty, que propõe um imposto global sobre fortunas.

Contudo, o ‘x’ da questão parece ser menos a desigualdade em si do que as consequências mais radicais advindas da sua percepção. “A desigualdade crescente pode desintegrar nossas sociedades”, diz o relatório da Oxfam de 2017; “A crescente desigualdade econômica é ruim para todos nós – ela mina o crescimento e a coesão social”, dizia a ONG em 2016.

“É uma indicação de medo que eu traduziria assim: ‘a coisa pode explodir, melhor perder meio anel do que perder os dedos’. O registro dessas entidades é voltar a ter políticas de expansão do capital com adesão da massa popular, um passo do tipo keynesiano. Isso significa gastar alguma coisa com o povo. Mas, aparentemente, os políticos que ascenderam nos últimos tempos, com o Brexit na Grã-Bretanha e Donald Trump nos Estados Unidos, se opõem a isso”, analisa Virgínia Fontes. E continua: “Eles estão com medo da extrema direita porque ela não é controlável por eles. A extrema direita não é contra o capital, mas é contra alguns capitalistas. A campanha de Trump ia contra George Soros [investidor húngaro que vive nos Estados Unidos e é alvo de uma campanha de ‘expulsão’ por financiar movimentos de centro-esquerda]”.

### Faceta política

O plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Européia, conhecido como Brexit, foi justificado em parte pela expectativa que trabalhadores ingleses tinham de que empregos voltassem a ser criados no país. Ou que os empregos que lá existiam não tivessem de ser disputados com imigrantes. Uma das principais promessas do bilionário Donald Trump durante a campanha eleitoral à presidência foi trazer de volta aos Estados Unidos os empregos, deportar massivamente imigrantes (mesmo aqueles em situação legal) e construir um muro ao longo de toda a fronteira com o México. Com sua renda comprimida e estagnada, a classe trabalhadora dos países desenvolvidos aposta cada vez mais fichas em lideranças populistas de direita que sugerem que, com vontade política, é possível reverter em pouco tempo o que o capitalismo demorou os últimos 40 anos para construir.

“Estamos em um momento de crise da globalização que começa em 2008 como uma crise financeira, evolui como crise econômica e, agora, passa a assumir mais claramente uma faceta política. As reações em escala nacional têm sido, como era de se esperar, marcadas por uma polarização. Num contexto de crise política, tanto as soluções à direita quanto as soluções à esquerda se sobressaem. E as soluções à direita tendem, num primeiro momento, a ser vitoriosas pois operam uma simplificação dos problemas: a culpa do desemprego é dos imigrantes. Uma vez que esse ‘inimigo’ seja derrotado, expulso, os empregos voltarão. Isso, evidentemente, não irá acontecer porque nenhum governo consegue de maneira voluntariosa reverter o ciclo da

globalização”, analisa Ruy Braga. Para o sociólogo, Donald Trump é o exemplo típico: eleito com um discurso populista, dizia que iria enfrentar *Wall Street* em benefício da indústria e dos empregos dos americanos. “E, depois de assumir o cargo, desfez a regulação em torno do mercado financeiro aprovada depois da crise de 2008. Ou seja, ele faz um discurso para a população contra *Wall Street* e, na prática, adota medidas que favorecem *Wall Street*”.

Mas o que esperar da classe trabalhadora quando essas promessas não forem cumpridas? Ruy aposta que mais cedo do que tarde as pessoas vão perceber que as ditas ‘soluções’ não resolvem o problema e, ao contrário, aprofundam as contradições que o criaram. “Isso significa que temos no horizonte um aumento da instabilidade política nessas sociedades mais fustigadas pela crise econômica”, diz. Virgínia pensa algo semelhante: “Tudo indica que vamos em direção a maiores tensões políticas, não menores. Tanto entre Estados quanto entre classes. Pode vir desde formas explosivas de revolta como uma fascistização forte”.

Enquanto isso, pipocam na imprensa internacional notícias curiosas. Elas tratam dos preparativos dos super-ricos para se protegerem do que eles estão chamando de ‘colapso social’. Além de ilhas particulares, já há condomínios autossustentáveis que garantem, em tese, condições de vida para um pequeno número de famílias residentes. O destino mais procurado é a Nova Zelândia, mas há outros mais inventivos, como um depósito subterrâneo de mísseis desativado transformado em bunker de luxo. Com 20 apartamentos vendidos a US\$ 3 milhões cada, o empreendimento localizado nos Estados Unidos tem no seu quadro de funcionários guardas armados – e até um franco-atirador – para que o ‘direito à propriedade’ seja garantido em meio ao cataclismo. Mas e se o próprio *staff* de segurança se voltar contra os contratantes e preferir levar as próprias famílias para esses abrigos? E o piloto de helicóptero? Esse é o tipo de conjectura que preocupa os super-ricos. “A ambição da concentração ilimitada de riquezas e o medo de perdê-las justamente para aqueles que as produzem, os trabalhadores, movem as classes dominantes. Essas notícias mostram que ambas as pontas – concentração e temor – estão hiperativas. Eles sabem o que estão fazendo, mas não podem fazer de outro modo. A não ser que sejam obrigados”, comenta Virgínia.

### Enquanto isso, no Brasil...

Ao mesmo tempo em que os dados do relatório da Oxfam repercutiam na imprensa internacional, Davos sediava um debate sobre como lidar com uma classe média cada vez mais ‘achatada e raivosa’. Lá, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e a presidente do FMI, Christine Lagarde, protagonizaram um duelo de posições, em que o brasileiro defendia a cartilha neoliberal, enquanto a francesa dava voz à recente guinada da entidade, dizendo que a prioridade da política econômica deve ser o combate à desi-

gualdade social. A cena sugere que, em matéria de ortodoxia, o governo Michel Temer é mais realista que o rei.

“No Brasil o debate é marcado por um anacronismo. Todo esse debate de tributação que foi recuperado no resto do mundo, é completamente bloqueado aqui”, observa Rodrigo Orair, que informa que depois da crise de 2008, 21 dos 34 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tomaram algum tipo de medida para ampliar a tributação. “O mundo está em crise e quase todos os países estão fazendo um esforço para consolidação fiscal que penalize menos os pobres e mais os ricos”, diz. O economista destaca que as ‘soluções’ do governo, como o ajuste fiscal e a Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos, vão na contramão dessa tendência pois castigam a base da pirâmide ao cortar na política social justamente quando ela será mais necessária.

Esses efeitos já estão sendo medidos. Um estudo ainda inédito do Banco Mundial divulgado pelo jornal O Globo (13/02) prevê que entre 2,5 e 3,6 milhões de pessoas devem cruzar a linha da pobreza no Brasil em 2017. A maior parte delas é jovem, vive em centros urbanos e é escolarizada (38,2% têm ao menos o ensino médio completo). O principal fator de empobrecimento é o desemprego. Ao projetar dois cenários que levam em conta a crise econômica do país, a entidade estima que até 20,9 milhões de brasileiros podem ficar desempregados este ano. A entidade também estimou a quantidade de brasileiros em condição de pobreza extrema: os 3,4% de 2015 (dados da Pnad) devem saltar para entre 4,2% e 4,6% em 2017. O relatório leva em consideração os impactos do empobrecimento com e sem a ampliação do programa Bolsa Família.

Enquanto isso, a reforma tributária continua na final da fila, atrás da reforma da Previdência, da reforma trabalhista, da venda de terras para estrangeiros, da aprovação de uma regulação para a greve dos servidores que penalize quem integra essas mobilizações, e assim por diante. “No Brasil, há uma política deliberada de arrocho sobre as massas trabalhadoras, sobretudo as mais frágeis. Parece uma tentativa de disciplinamento através da violência econômica e da violência direta. As entidades de convencimento seguem muito ativas – a começar pela mídia – e, por enquanto, o que vem sendo acenado como compensação é a prisão de alguns dos muitos corruptos, uma compensação perversa do tipo ‘todos os trabalhadores perdem direitos mas alguns empresários e alguns políticos vão experimentar a cadeia’”, lamenta Virgínia Fontes. “O capitalismo é aberto a reformas. Uma reforma tributária talvez venha a ser feita mesmo porque a desigualdade está começando a ser contraproducente para o próprio capital. Em países como o Brasil, é difícil reforma. É um país cuja classe dirigente, seja política ou empresarial – e é muito difícil separar as duas coisas –, não é aberta a reformas, mas é adepta da repressão, da violência, do banho de sangue”, pontua Lúcia Bruno. ○



## 'É NECESSÁRIO RESISTIR AO EMPOBRECIMENTO DO CURRÍCULO'

Cátia Guimarães



Uma das principais mudanças trazidas pela reforma é a criação de itinerários formativos como opções que as escolas podem oferecer no currículo. Mas há quem diga que a LDB hoje já permite essa organização e que a grande novidade mesmo seria a inclusão de um itinerário específico de educação técnica e profissional como parte do currículo do ensino médio. Qual a sua avaliação sobre essa medida?

Eu considero uma regressão social na concepção da educação profissional e tecnológica. Mas acho que primeiro temos que procurar compreender o quadro no qual se instituiu esta reforma, pontuando-a como desdobramento do golpe midiático, parlamentar e institucional vivido no país em 2016. A concepção de uma educação profissional tecnológica plena e integrada é uma concepção de direito social. E todo o quadro instituído neste golpe em curso é de ataque aos direitos sociais. A gente vê claramente isso em outras medidas correlatas como o congelamento [do gasto público] por 20 anos, a própria reforma trabalhista, a reforma da Previdência, a lei da mordada na educação... Isso evidencia que de fato há um quadro de acirramento da luta de classes num momento em que as elites buscam suprimir políticas plenas. Então, por exemplo, quando saem nos grandes jornais e redes de televisão notícias sobre o itinerário formativo do ensino técnico-profissional, os atores falam que querem ir imediatamente para o mercado de trabalho. Ou seja, já embute uma terminalidade precoce no processo educacional.

É nesse contexto que se dá essa proposição de itinerário formativo, com dois argumentos que, a meu ver, são falsos e contraditórios: a flexibilidade e o protagonismo juvenil, e a escola de tempo integral. A reforma começa discutindo uma espécie de concepção curricular e esquece que o grande pro-

### DOMINGOS LEITE LIMA FILHO

No dia 22 de setembro do ano passado, o governo de Michel Temer resolveu reformar o ensino médio brasileiro. Fez isso por meio de uma Medida Provisória (nº 746), causando uma grande reação entre profissionais, movimentos sociais e entidades ligadas à educação. Houve quem centrasse a crítica na forma – por MP, a mudança se faria sem aviso ou debate prévio. Ao longo de cinco meses, o texto passou pelas duas casas legislativas. Aprovado com pequenas mudanças, foi sancionado pelo presidente no dia 16 de fevereiro deste ano. A tramitação no Congresso e as campanhas publicitárias feitas pelo governo nesse período, no entanto, não amenizaram as críticas: para muitos estudiosos e entidades, o problema está também no conteúdo da reforma, considerada um verdadeiro “retrocesso social”.

Nesta entrevista, o professor Domingos Leite Lima Filho, da Universidade Tecnológica do Paraná, situa a reforma no contexto da crise política que o país atravessa e analisa as principais consequências dessas mudanças para a educação profissional. Ele acredita que a criação de um itinerário formativo de educação técnica para o ensino médio visa jogar os jovens que dependem da escola pública precocemente no mercado de trabalho, antes mesmo de terem concluído a educação básica. Na prática, diz, essas mudanças vão empobrecer o currículo, gerando uma formação mais aligeirada e operacional, que castigará especialmente os filhos da classe trabalhadora. O professor ainda ressalta que as experiências exitosas que acontecem na rede pública, principalmente as de ensino médio integrado à educação profissional, estão ameaçadas.

blema que nós temos na educação brasileira é a falta de estrutura: professores, laboratórios, bibliotecas, equipamentos, ou seja, condições de funcionamento. A segunda questão, que é da falsidade desse argumento, é dizer que os alunos terão protagonismo de escolher. Ora, na verdade, a grande maioria das escolas brasileiras, convivendo com os quadros de dificuldade que têm, não terão condição de ofertar esses itinerários formativos. No caso específico da formação profissional – que exige equipamentos, laboratórios, espaços de trabalho –, nessas escolas sem condição estrutural, não terá como haver uma oferta de qualidade, e muito menos como escola de tempo integral. Ainda mais num quadro contraditório em que o mesmo contexto político acaba de aprovar por 20 anos o congelamento dos investimentos.

O contexto é de um governo curto, que assume após um impeachment, com a intenção de aprovar um conjunto de reformas estruturais, como a da Previdência e o congelamento dos gastos públicos. Mas por que uma reforma do ensino médio seria estratégica para esse governo, a ponto de ser instituída com tanta pressa, por medida provisória?

Eu diria que nós vivemos um quadro em que o governo que foi instituído pelo golpe tem uma tarefa específica, mas nem por isso está desligado dos interesses mais gerais das classes rentistas. A tarefa específica deste governo é preparar o terreno com rapidez e radicalidade, se aproveitando desse quadro de desmobilização que foi, inclusive, induzido com muito apoio midiático, parlamentar e até institucional. Ou seja, o governo aí colocado não tem nenhum compromisso com o diálogo social, por isso ele está atacando frontalmente os direitos. No momento vivemos num país onde, até na mais alta Corte, se diz claramente que “a legalidade está questionada, a regra é que não existem mais regras”. O capital impõe a retirada do máximo possível de direitos sociais e de políticas públicas. A reforma da Previdência e a reforma trabalhista são claras em relação a isso. Você pergunta: não é surpreendente colocar também uma reforma de ensino médio? Visto de uma maneira superficial, seria surpreendente, mas se nós aprofundarmos o quadro de conquistas de direitos, vamos ver que temos ainda uma grande quantidade de jovens estudantes brasileiros, ou jovens trabalhadores, na idade do ensino médio que não estão na escola. Essa grande parcela da população demanda política pública de inclusão na escola. Mas se avançar a política de conclusão do ensino médio, você terá também que fazer investimento na universidade pública, e isso esbarra no contexto geral de corte dos gastos públicos. Isso se nós pensarmos no ensino médio realmente como etapa final de educação básica, porque eu acho que uma das grandes questões dessa reforma ao instituir o itinerário de formação técnico-profissional é suprimir esse caráter que a LDB trazia do ensino médio como etapa final da educação básica. Ou seja, ao formar o técnico profissionalmente precoce, induzindo à entrada imediata no mundo do trabalho, tenta-se reduzir a demanda pela educação superior.

**Isso é novidade no país?**

Não. Se regressarmos a 40 anos atrás, no contexto da Lei 5692, ou ainda mais para trás, vamos ver que, de fato, do ponto de vista da redução dos gastos públicos, interessa empurrar para o mercado de trabalho uma grande parte da classe trabalhadora. Agora, para que mercado de trabalho? Um mercado de trabalho no qual o país não tem um projeto de soberania, mercado para o trabalho simples, precário. Claro que, além da questão imediata, o governo tem pressa porque sabe que rapidamente esses argumentos vão cair. A crise no país se acirra, então ele tem que ser rápido, aproveitar enquanto ainda há no Congresso e na mídia condição que permite avançar na retirada de direitos. Agora, o

grande drama disso é que, exatamente por não reconhecer os grandes problemas da educação pública brasileira, essa reforma está fadada ao fracasso naqueles argumentos que ela usa. O jovem vai ter flexibilidade de escolha? Não, ele vai escolher o que a escola oferecer. E não há nenhuma perspectiva de melhoria das condições estruturais das escolas.



## A NOSSA EXPERIÊNCIA ESTÁ MOSTRANDO QUE O MELHOR ENSINO MÉDIO DO PAÍS É FEITO EM ESCOLAS PÚBLICAS QUE ADOTAM O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

A integração entre a educação profissional e a educação básica, entre conhecimentos do mundo do trabalho e conhecimentos gerais, foi sempre uma bandeira dos grupos progressistas ligados à educação. O texto dessa reforma traz a educação profissional como um itinerário formativo a ser escolhido pelo estudante. Por que não é a mesma coisa?

A reforma simplesmente faz terra arrasada da experiência educacional brasileira, como se o ensino médio que nós temos no país fosse de uma qualidade ruim e inadequada, como se precisasse mudar tudo. E aí, foca-se no currículo. Nós sabemos que temos muitos problemas na educação média brasileira e esses problemas decorrem das condições estruturais que eu já mencionei. Mas a própria população sabe que nós temos excelentes exemplos de como o ensino médio funciona



bem na educação brasileira. Não é uma questão só de defesa de concepções progressistas ou não: há o reconhecimento social, por exemplo, da experiência de ensino médio integrado feito nos antigos e atuais Cefets e nos atuais institutos federais. Eu tenho sempre um olhar muito acurado quando sou apresentado a dados de avaliação [educacional]. Mas os próprios defensores da reforma muitas vezes mencionam o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] e o Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Alunos, na sigla em inglês], que é referência internacional, para avaliar a educação. Neles, os estudantes do ensino médio dessas escolas públicas têm resultados espetaculares. A média dos estudantes da rede federal no Pisa supera a própria média da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]. Esses são dados pouco conhecidos e divulgados. E vale dizer que esses institutos e Cefets praticam o ensino médio integrado. Por que não se trabalha com esse exemplo? Essas boas experiências estão calcadas numa concepção de formação humana e integral que, inclusive, está nas diretrizes curriculares para o ensino médio vigente, que não foram revogadas mas não tiveram suporte estrutural para implantação até hoje. Essa é a concepção que diz que a educação básica deve dar ao cidadão a condição de compreender o mundo em que vive e atuar neste mundo com vista à sua transformação. Isso requer um currículo que integre conteúdos que permitam conhecer não só a dinâmica de uma profissão específica, mas também os processos sociais de organização, as leis dos sujeitos sociais, os processos produtivos – não na sua superficialidade prática, mas com conhecimento de ciência e tecnologia que permita compreender as relações e as diferenças sociais, a história dos países e sua relação no contexto mundial, ou seja, elementos culturais.



**ESTÁ-SE DIZENDO QUE FOI RECUPERADA A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTE, SOCIOLOGIA E FILOSOFIA NA VOTAÇÃO NO SENADO, MAS ISSO É FALSO**

**E a reforma não caminha nessa direção?**

Não. A perspectiva é que, ao fatiar o ensino médio em diferentes itinerários, nós teremos um empobrecimento das escolas públicas com a redução dos conteúdos e da formação. Quem pagará com isso? A formação das camadas

populares, dos pobres, dos trabalhadores. Quanto aos ricos e aos filhos dos ricos, os pais farão pressão para que as escolas privadas continuem oferecendo um currículo amplo, com a perspectiva de um processo formativo para além de um mero itinerário imediato e com uma continuidade, inclusive, no ensino superior. Faltaria verificar e valorizar esses bons exemplos que já estão na escola pública, inclusive para desmistificar essa história de que o ensino público não funciona. Ora, a nossa experiência está mostrando que o melhor ensino médio do país é feito em escolas públicas e que adotam o ensino médio integrado.

**Quais são as principais consequências dessa reforma para a educação profissional?**

Primeiro, é uma retomada da dualidade estrutural. É uma formação profissional precoce, que opera com uma terminalidade. Esse tipo de formação é essencialmente prática, operacional – aí nós vamos entender um dos artigos da reforma, que é a flexibilização total no que se refere aos profissionais que trabalharão como professores na educação profissional pelo estabelecimento do notório saber. E, por fim, isso talvez também explique a pressa dessa reforma: é que, no campo específico da educação profissional, ela está prevendo a utilização de parte do fundo público do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] pela iniciativa privada para [oferta de] educação profissional a distância, mediante parcerias com organizações sociais, fundações de direito privado etc. Não é por acaso que se destacam entre os principais apoiadores da reforma a Confederação Nacional da Indústria, o Sistema S, o movimento Todos pela Educação, as fundações empresariais, como Unibanco, Lemann e Instituto Ayrton Senna.

É necessário resistir para evitar a dualidade estrutural, é necessário resistir contra a perda da qualidade e o empobrecimento do currículo. Aliás, aqui não se trata só da educação profissional: está-se dizendo que foi recuperada a obrigatoriedade da educação física, arte, sociologia e filosofia na votação no Senado, mas isso é falso. O Senado usou um artifício dizendo que é obrigatório ter conteúdos curriculares nessas temáticas, mas isso não quer dizer que vá ter um professor de educação física, um de artes... Esses conteúdos vão ser desenvolvidos em qualquer disciplina, de qualquer maneira. É necessário resistir ao empobrecimento do currículo e do profissional docente. Dizer que qualquer professor serve para a educação profissional é dizer que os que vão se formar precisam só de uma operacionalidade prática. Não é que não seja importante a experiência do mundo do trabalho, pelo contrário, nós defendemos a necessidade da união entre teoria e prática. E isso inclui a teoria do aprendizado e da reflexão, que é aquela de que nós, profissionais da educação, nos apropriamos quando fazemos um curso de licenciatura. Mas a reforma diz que, se é para formar um trabalhador operacional, basta repetir a experiência e a prática. En-

fim, é necessário resistir a esse incentivo à privatização e à perda de direitos sociais e perspectivas para os adolescentes e jovens das classes populares do Brasil que frequentam a escola pública e que serão os principais prejudicados pela implementação dessas medidas de agressão social.

**Essas experiências públicas exitosas que você citou, que hoje são de ensino médio integrado, poderão ser ameaçadas por essa mudança na legislação? Você falou também na necessidade de resistir. Como fazer dessas escolas espaços de resistência?**

Essa reforma tem, inclusive, um problema que inicialmente é terminológico. Ela estabelece uma denominação do itinerário formativo como “formação técnico-profissional”. Na legislação brasileira, inclusive na LDB, o termo que nós temos é “educação profissional e tecnológica”. Se esta reforma segue adiante – porque, inclusive, dadas as próprias contradições da inexistência de recursos para investimento, eu já ouvi comentários de que ela será implementada somente a partir do final de 2017 ou mesmo no ano que vem –, num primeiro momento nós teremos um conflito de natureza organizativa. Porque toda a parte da legislação brasileira que está nos parágrafos da LDB que se referem à educação profissional e tecnológica não foi mudada, continua lá e isso inclui o ensino médio integrado. A reforma mexeu especificamente nos artigos da LDB que tratam do ensino médio, estabelecendo aí um itinerário formativo chamado formação técnico-profissional. Então, nós teremos uma orientação, pelo menos, confusa. Por conta da experiência positiva dessas escolas, é importante falar: nós temos uma regulamentação e uma prática vigentes, vamos segui-las. Obviamente, sabemos que não se trata só de definir que orientação legal seguir, depende da política de financiamento e se a gestão apoiará essas iniciativas. Então, acho que pela perspectiva de resistência, uma das estratégias mais fundamentais será a das redes públicas de divulgarem essas experiências junto à sociedade no sentido de buscar a sua defesa. Não dá simplesmente para a reforma dizer: então o ensino médio integrado está extinto. Não, ele continua vigente, regulamentado na LDB.

**Ainda sobre o modelo do ensino médio integrado, principalmente na rede federal: em entrevista para uma reportagem anterior da Poli sobre essa mesma reforma, o representante do Ministério da Educação reconheceu o êxito, mas afirmou que essa experiência não é replicável em massa para o país. Qual a sua avaliação sobre isso?**

Eu acho que os dados do último decênio no país refutam categoricamente esse argumento do MEC. Poucos anos atrás – me reporto ao ano de 2002 – nós tínhamos a rede federal praticamente situada nas capitais do país e nas grandes cidades que eram polos do desenvolvimento industrial dito de ponta. E o argumento era que essas escolas, aparelhadas com laboratórios e preparadas com um corpo docente estável, não teriam condição de sobrevivência nem público demandante em cidades de médio e pequeno porte. Havia, na época, argumentos que justificavam que essa experiência das escolas técnicas era limitada aos grandes centros. Mas no último decênio no país nós vimos um movimento de capilarização da rede federal, que pulou de algo em torno de 100 instituições para aproximadamente 600 em 2016. E são escolas pequenas, situadas em pequenas e médias cidades do país, com uma procura social muito grande e com inserção na discussão do desenvolvimento e da cidadania desses espaços. Então, o MEC deveria olhar para sua própria experiência, que mostra que esse modelo é sim replicável - evidentemente, se pensamos numa política na qual as redes estaduais também se insiram. É claro que não podemos pensar o país apenas com política da União. Temos que rever a questão do pacto federativo para trazer o compromisso da União, inclusive, com a educação pública de nível médio nos estados. As redes estaduais têm capilaridade. O modelo é replicável se forem oferecidas às escolas estaduais con-

dições similares à da rede federal, ou seja, laboratório, um professor estável, carreira. É essa condição que permite que essa experiência seja exitosa, não é se a escola é federal ou estadual. O argumento do MEC se centra meramente na avaliação de que a União não poderia ampliar as escolas para torná-las todas federais. Mas a própria experiência mostra que sim, que esse seria, de fato, um caminho em busca da excelência na educação básica.

**Referindo-se ao itinerário da educação profissional, o artigo 6º da lei que institui a reforma fala em considerar “vivências práticas de trabalho no setor produtivo” e em conceder “certificados intermediários de qualificação para o trabalho”. Já o artigo 8º permite que os sistemas de ensino firmem “convênios com instituições de educação a distância”, incluindo o ensino técnico ofertado “em outras instituições de ensino credenciadas”, sem diferenciar público e privado. Eu queria que o senhor comentasse esses dois aspectos específicos da reforma.**

Em primeiro lugar, essa possibilidade que a lei traz, de oferecer um itinerário formativo chamado educação profissional com essa especificidade, visa dar conta de uma coisa que subjaz a essa concepção, que é o aspecto aligeirado, prático, imediato da formação profissional. Essa concepção de valorização de experiência estabelece a possibilidade de parcerias, que podem ser com empresas privadas, com organizações sociais, etc, com aproveitamento de crédito e garantia de parte do recurso do Fundeb. Torna esse itinerário formativo muito vinculado ao mercado de trabalho, muito operacional e ainda com a possibilidade de financiamento público. Aí está a explicação relativa ao aspecto financeiro da reforma. Sem dúvida nenhuma isso é um elemento agravante tanto da qualidade da formação profissional exercida como da gestão dos recursos públicos. O



# FEBRE DE QUÊ?

Surto de febre amarela traz o debate sobre a relação entre a destruição dos ecossistemas e a (re) emergência de doenças. Pesquisadores ressaltam como os estudos epidemiológicos precisam cada vez mais se preocupar com um modelo de desenvolvimento que aposta, por exemplo, na expansão do agronegócio e no desmonte da legislação ambiental

Cátia Guimarães

“

Existem surpresas que a floresta pode reservar ao homem quando ele desmata. Por exemplo, doenças podem se urbanizar nesse processo. O homem pode se tornar o principal reservatório para aquela doença que antes tinha os animais silvestres como os principais reservatórios”. O alerta foi feito em 2011, pelo professor-pesquisador André Burigo, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Um leitor de hoje apostaria que ele está se referindo ao atual surto de febre amarela, que reavivou o debate sobre os impactos sanitários do desequilíbrio ambiental e reforçou pontos de interrogação sobre os limites entre o urbano e o silvestre. Acontece que seis anos atrás a febre amarela parecia uma doença controlada. Erradicada desde a década de 1940 nas cidades, ela estava restrita a um ciclo de contaminação entre macacos e mosquitos da floresta, manifestando-se apenas em casos isolados de pessoas que se aventuravam por alguma região de mata. Nem por isso a fala do pesquisador deve ser vista como profecia: publicada numa reportagem do Portal EPSJV, a análise era sobre as possíveis consequências das mudanças no Código Florestal brasileiro que estavam sendo aprovadas no Congresso e mostra a estreita relação entre a pauta ambiental e as questões sanitárias.

De lá para cá muita coisa aconteceu. Não só o novo código foi aprovado – com mudanças que contrariaram

movimentos, instituições e entidades científicas ligadas à questão ambiental –, como outras legislações dessa área vêm sendo atacadas. Neste exato momento, inclusive, o governo federal tem apontado como prioridade a flexibilização do processo de licenciamento ambiental, considerada necessária para o sucesso do seu pacote de privatizações, o Programa de Parceria Institucional (PPI). Mas o cenário sanitário também mudou. Convivendo com sucessivas epidemias de dengue já há vários anos, desde 2014 o Brasil foi tomado pela emergência de casos de zika e chikungunya. E em 2017, veio a ressurreição do fantasma da febre amarela. Mas qual a relação entre todas essas coisas?

## Urbano e silvestre

Se você foi um dos muitos que se alarmaram com o novo surto de febre amarela, provavelmente em algum momento foi tranquilizado com a informação de que o que acontece no Brasil hoje não é nada parecido com o que aconteceu no passado. A primeira razão é a existência de uma vacina, considerada segura e produzida pelo próprio Estado brasileiro – na Fundação Oswaldo Cruz. Mas no centro desse argumento está também a diferença entre a febre amarela urbana, que matou milhares de pessoas no início do século passado, e a febre amarela silvestre, que permaneceu endêmica em várias regiões, mas sem ameaçar grandes grupos populacionais – pelo menos até agora. De fato, o último surto de febre amarela em humanos no Brasil aconteceu entre 1928 e 1929, e o último caso registrado de transmissão nas cidades foi em 1942, cinco anos depois da criação da vacina.

Isso não quer dizer que dessa época até 2017 a doença tenha desaparecido do país. De acordo com informações da Agência Fiocruz de Notícias, entre 1989 e 2008, foram registradas 540 casos, com 236 mortes. A principal diferença entre esse cenário aparentemente controlado e o que se vive agora é a escala. “Seguramente, esse é o maior surto de febre amarela silvestre no Brasil desde 1980, que é quando começam as séries históricas”, afirma o médico Rivaldo Venâncio da Cunha, coordenador de Vigilância e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz. No momento em que esta edição da Poli estava sendo fechada (21/02), o boletim do Ministério da Saúde confirmava 292 casos e 97 óbitos – outras 112 mortes ainda estão sendo investigadas – em função da doença só nesses dois meses de 2017. Notificados, eram 1.337 registros, dos quais 126 já tinham sido descartados e 919 ainda estavam sob investigação. O aumento significativo do número de casos jogou foco também sobre outra característica importante do surto atual: o fato de a contaminação estar se dando em regiões de pequenas florestas, em muitos casos localizadas nas ‘franjas’ das cidades. Seria a volta da febre amarela urbana?





Campanha de vacinação contra a febre amarela no início do século passado

Pelo menos por enquanto, não. Mas é importante antes de tudo esclarecer que, na verdade, a doença é uma só: o vírus é o mesmo e os sintomas também. A diferença está nos agentes de transmissão. Na floresta, a doença é transmitida por várias espécies de mosquitos pertencentes a dois gêneros: o *sabethes* e o *haemagogus*. No chamado ciclo silvestre – que não é erradicável –, esses vetores transmitem o vírus aos macacos. Eventualmente, quando um humano entra na floresta, ele pode se contaminar. Como se trata de casos isolados, no entanto, o homem não é considerado um agente de transmissão. Olhando para a experiência passada, a principal diferença é que no ciclo urbano o vetor é um velho conhecido dos brasileiros, agente de várias outras doenças e emergências sanitárias: o *Aedes aegypti*. Quando se diz que a febre amarela urbana está erradicada desde a década de 1940 no Brasil, é porque desde aquela época ela deixou de ser transmitida por esse mosquito que, diferente do *sabethes* e *haemagogus*, vive perfeitamente ambientado nas cidades. Mas é exatamente aqui que se abre um campo de indeterminações que deixa mais dúvidas do que certezas sobre o que virá.

Por isso, é necessário situar a erradicação do ciclo urbano da febre amarela na história. Um primeiro elemento a se considerar é que, na década de 1940, ‘urbano’ era um ambiente onde vivia a apenas 31% da população brasileira, enquanto hoje essa proporção se inverteu: segundo o último censo do IBGE, de 2010, 84 % moram nas cidades e pouco mais de 15% em áreas consideradas rurais. Além disso, vale lembrar que poucos anos depois da erradicação da doença, em 1958 (oficialmente), o Brasil eliminou também o próprio *Aedes aegypti*, seu vetor nas cidades. Durou pouco – já no final da década de 1960, início dos anos 1970, o mosquito estava de volta – e o seu nível de infestação só fez aumentar, principalmente a partir dos anos 2000 (leia análises críticas sobre a estratégia de combate ao vetor na matéria ‘Lógica mosquitocêntrica’, publicada na Poli nº 44). A expansão das áreas urbanas, com concentração cada vez maior de gente, e o aumento descontrolado da população de *Aedes* são fatores nada desprezíveis para a mudança desse cenário de tranquilidade em relação à febre amarela. “Não é que o *Aedes aegypti* não tenha capacidade de transmitir o vírus [da febre amarela]. Ele tem sim. Basta um evento”, explica Constância Ayres, entomologista e pesquisadora da Fiocruz Pernambuco.

“Evento”, nesse caso, é uma situação aparentemente trivial: uma pessoa picada por mosquitos silvestres na floresta é contaminada, chega à cidade e é novamente picada, agora pelo *Aedes*. Esse simples ciclo é suficiente para que o mosquito que não carrega o vírus da febre amarela desde a década de 1940 volte a transmitir a doença. E, como ele está ambientado nas cidades, suas vítimas principais serão os humanos e não mais os macacos. Trivial, no entanto, não quer dizer provável. “A chance de isso acontecer sem a gente detectar é pequena”, esclarece Constância. Primeiro porque, numa população de mosquito, nem todos são capazes de se contaminar nem de transmitir esse e outros vírus. “Alguns podem bloquear o desenvolvimento do vírus, outros podem transmitir. Alguns

podem até morrer”, explica. Mas a razão principal, segundo a entomologista, é que, como a “virulência” da febre amarela é “muito alta”, uma pessoa acometida pelos efeitos dificilmente ficaria em casa, tentando se tratar sozinha. Com sinais como de insuficiência no fígado e rins e hemorragia, em geral essa pessoa seria levada a um hospital e ficaria internada, “relativamente isolada”, inclusive dos mosquitos que ela eventualmente poderia contaminar. Mesmo isso, no entanto, não é tão garantido assim, já que esses efeitos mais graves são apenas um quadro possível da febre amarela, que pode também gerar desconfortos mais leves e até ser assintomática. Do ponto de vista da transmissão do humano para o *Aedes*, não faz diferença a carga viral? “Em teoria faz, mas esse número, na prática, a gente não conhece. A gente não sabe qual é a carga de vírus que um paciente precisa ter para o mosquito permitir a replicação nem a carga de vírus que tem que haver dentro do mosquito para que ele, quando picar uma pessoa saudável, possa transmitir numa quantidade suficiente a ponto de ela desenvolver a doença. Tudo isso são questões em aberto”, afirma Constância.

A combinação de todos os elementos necessários para a ocorrência do tal “evento” que acabamos de descrever é uma das possibilidades de se ver reemergir o ciclo urbano da febre amarela. Mas não é a única. Não se descarta o risco de os vetores que hoje transmitem a doença na floresta migrarem para a cidade, facilitando a transmissão para as populações humanas. E aqui nos encontramos de volta no começo desta reportagem. “Cada vez que se desmata uma área silvestre, de floresta, a gente torna aquele ambiente urbano. E aqueles mosquitos vão ter refúgio e podem passar a habitar o ambiente urbano. Nesse processo, as espécies podem ser eliminadas ou se adaptar”, explica Constância, ressaltando que isso foi exatamente o que aconteceu na história do *Aedes aegypti*. “Ele surgiu a partir de espécies silvestres. Ainda existe a sua forma silvestre, que é o *Aedes aegypti formosus*, que passou a se adaptar ao ambiente urbano e hoje é uma espécie que está praticamente em toda a área tropical e subtropical do planeta”, conta.



A pesquisadora Marcia Chame, coordenadora do Centro de Informação em Saúde Silvestre e do Programa de Biodiversidade e Saúde da Fiocruz, ressalta ainda que, não por acaso, “as espécies que têm alta capacidade de transmitir agentes infecciosos também têm alta capacidade de adaptação”. “É uma estratégia de sobrevivência desses agentes infecciosos já que, se um vírus infectar uma espécie raríssima, a probabilidade de ele se extinguir é enorme”, diz. Marta Pignatti, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), completa: “Muitas doenças do Brasil atual estão ligadas ao desmatamento, em primeiro lugar, e, em segundo, à poluição dos ecossistemas naturais dessas doenças, que acabam selecionando os vírus ou bactérias mais resistentes”. E isso, diz, vai aproximando essas espécies mais silvestres do ambiente humano.

Não faltam exemplos reais. Já na década de 1980, Marta participou de um estudo sobre a reemergência da febre maculosa no município de Pedreiras, em São Paulo, uma região em que fazia 100 anos que não se tinha notícia daquela doença. Os resultados identificaram a relação da epidemia com o avanço da urbanização às custas de uma crescente destruição da floresta. “Com o desmatamento acompanhado da tentativa de preservação de algumas espécies, a gente desequilibra os portadores naturais da doença, aumentando ou diminuindo drasticamente, por exemplo, a população de capivara, que é o reservatório natural de *rickettsia*, que ocasiona a febre maculosa”, explica Marta. E completa: “São intervenções que a gente vai fazendo no ambiente, selecionando algumas espécies que têm que ser preservadas quando o habitat natural delas e os seus predadores naturais já foram destruídos”. Com isso, diz, desequilibra-se também a função de “reservatórios” de doenças que alguns animais desempenham. Marcia Chame lembra que, nesse caso específico, a capivara conseguiu se adaptar às marginais de rios altamente degradados e o resultado é que os carrapatos passaram a infestar e infectar também as pessoas.

## Impactos das tragédias

Entre as mudanças sociais, econômicas e ambientais pelas quais o Brasil passou nesse intervalo entre a erradicação e o surto atual de febre amarela, desmatamento é um elemento que não faltou. Segundo estudo da Universidade de Maryland (EUA) realizado em 2015, só entre 1990 e 2000, o país desmatou em média 600 mil hectares (6 mil quilômetros quadrados) por ano, uma área maior do que todo o território da Cisjordânia. E, embora não haja estudos que comprovem a relação entre esses elementos para cada situação concreta, não passa despercebido que o estado com o maior número de casos da doença – e onde o Ministério da Saúde identifica o “evento” que teria dado início a esse surto – seja também o campeão do país em desmatamento de mata atlântica: os dados mais recentes do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica mostram que, entre 2014 e 2015, Minas Gerais reduziu mais de 7.700 hectares (77 quilômetros quadrados) de área de floresta.

O estado liderava esse ranking havia tempo, mas nos últimos dois anos tinha melhorado sua situação. Agora, quando volta ao topo, um dado chamou atenção da pesquisa: a maior concentração de desmatamento foi na área marcada pela mineração, com destaque para a cidade de Mariana. Segundo o estudo, isso se deve à tragédia ambiental ocorrida em dezembro de 2015, com o rompimento de uma barragem de rejeitos da empresa Samarco que, agora em 2017, tem sido apontada também como uma entre as muitas possíveis ‘causas’ do surto de febre amarela. “Eu acredito fortemente nisso”, diz Constância Ayres, que explica a hipótese: “Quando acontece um desastre desses, você tem a morte de animais que são importantes ecologicamente como, por exemplo, girinos, que poderiam comer as larvas de mosquito, ou mesmo sapos adultos, que se alimentam de pequenos insetos, fazendo esse controle natural. Os peixes também. Quando você mata esses predadores naturais, a população-alvo [de mosquito] cresce de forma gigantesca, aumentam as chances de eles se infectarem com o vírus e, consequen-

temente, de transmiti-lo”. O problema, diz, é que se passa a ter uma grande população de mosquito em busca de hospedeiros para se alimentar. “Quando acontece um acidente como esse, há um deslocamento tanto da população humana, que foi expulsa de lá, quanto de animais e diversas espécies que estavam vivendo à margem do Rio Doce”, descreve Marta Pignatti, explicando que o rompimento da barragem “não é o único episódio responsável pelo aparecimento de casos de febre amarela”, mas que ele certamente faz parte das “contingências” que potencializam o desequilíbrio entre as espécies, favorecendo a emergência ou reemergência de doenças.

Na avaliação da pesquisadora Marcia Chame, ainda são necessários estudos para que se possa afirmar a relação direta entre esses episódios. Ela argumenta que, embora sejam a maioria, nem todos os municípios do estado atingidos por febre amarela estão ao redor do Rio Doce. “Todos eles têm uma coisa em comum: são áreas em que os fragmentos de floresta são pequenos”, resume. E pondera: “O que a gente está vendo é que as áreas são impactadas por *n* situações: desflorestamento, queimada, agricultura, mineração. Os impactos que causam isso são muitos. Mariana é um impacto? Sem dúvida nenhuma, ninguém pode dizer que não. A gente tem hoje dados para dizer que existe uma correlação? Não, a gente ainda não tem esses dados”.

Marcia conta que participou de uma “reunião com especialistas” na Fundação Renova, que foi criada após o rompimento da barragem para monitorar as consequências da tragédia. “Eu estive lá justamente para ajudar a definir um conjunto de pesquisas e ações que eles vão ter que implementar para acompanhar isso. Então, eu espero, sinceramente, que a gente tenha dados para poder fazer essa correlação”, diz. Reportagem da revista *Poli* nº 45, de maio/junho do ano passado, no entanto, mostra que organizações, movimentos sociais e até representações do Ministério Público que acompanham os desdobramentos da tragédia não eram tão otimistas em relação ao papel dessa



fundação. Na época, a entidade ainda estava para ser criada, como parte de um acordo judicial (um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta) firmado sem a realização de audiências públicas ou qualquer outra forma de participação de representantes da população atingida – um dos motivos pelos quais, inclusive, nenhum Ministério Público aceitou assiná-lo. Especificamente sobre a fundação, uma das muitas críticas apresentadas na época era ao fato de a sociedade impactada só ter espaço – e reduzido – para “opinar” sobre as decisões, por meio do Conselho Consultivo. As deliberações são tomadas pelo Conselho Curador, formado por sete membros dentre os quais seis são indicados pelas empresas responsáveis pela tragédia: Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil.

### Determinações sociais e econômicas

A simples hipótese de relação entre o desabamento da barragem da Samarco e o surto atual de febre amarela mostra como a conexão entre ambiente e (re)emergência de doenças vai além do desmatamento – embora tenha havido também a destruição de grandes áreas de mata atlântica, como mostrou o Atlas, a tragédia de Mariana teve impactos de ordens diversas. Da mesma forma, especialistas apontam a necessidade de que essas análises não se deem de forma apartada do debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico.

Entre os exemplos de doenças silvestres que se aproximaram das cidades, Marta Pignatti lembra os casos de hantavirose, que afetaram vários municípios do estado do Mato Grosso nas décadas de 2000 e 2010. “Estamos falando de uma região que tem um desmatamento acelerado associado, por exemplo, à monocultura de soja”, argumenta, destacando uma atividade própria do modelo de agronegócio em que o país tem apostado. Rivaldo aponta também o próprio uso de agrotóxicos como um fator que influencia o surgimento de arboviroses silvestres, já que essas substâncias provocam a fuga de animais das regiões de plantação.

A professora da UFMT volta às mudanças no Código Florestal para apontar o que ela chama de “negligência” com a regulação ambiental “conquistada a duras penas” no Brasil. E isso, diz, em nome de uma perspectiva de crescimento econômico que, ao contrário, deveria estar “subordinado à capacidade de suporte dos ecossistemas”. “Não adianta, por exemplo, eu deixar um percentual da propriedade como área de preservação porque, se não for possível reproduzir ali aquelas vidas que se reproduziriam no ambiente natural. Eu só vou conseguir que essas espécies se extingam ou proporcionar que as mais resistentes sobrevivam”, exemplifica. E completa: “Nós perdemos uma coisa muito importante, que era o reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente [APPs], que seriam corredores naturais de preservação ambiental dessas espécies, tanto da flora quanto da fauna”.

Marta lembra que, principalmente a partir da ECO-92, até organismos internacionais, como o Banco Mundial – que na década de 1970 tinha financiado obras polêmicas, como a Transamazônica – passaram a defender a avaliação de impactos ambientais de empreendimentos. Era uma perspectiva de “mitigar os danos”, que ela considera insuficiente mas que,

“pelo menos”, diz, obrigou as empresas e os proprietários de terra a terem que deixar algumas áreas verdes, a preservar alguma mata natural. Referindo-se ao atual ímpeto de mudança da legislação que regula o licenciamento ambiental – com três projetos em tramitação no Congresso (PLS 654/2015, PEC 65/2012, PL 3729/2004) e um apoio incondicional do governo federal –, ela se mostra pessimista sobre o presente e o futuro: “Na medida em que o governo atual quer flexibilizar isso, vamos viver algo parecido com o que foram as décadas de 1970 e 1980, quando não se tinha nenhum controle sobre o capital na utilização [dessas riquezas naturais]. Vamos voltar ao patamar dos anos 70, quando o governo militar dizia: ‘venham, indústrias poluidoras, que nós estaremos de braços abertos para recebê-las’”, aposta.

### Epidemiologia crítica

Todas essas análises sobre o desmonte da regulação ambiental são feitas por pesquisadores e militantes da área há muito tempo. Denúncias sobre os efeitos de agrotóxicos para a saúde humana e sobre os impactos de grandes empreendimentos – como a TKCSA no Rio de Janeiro ou a usina de Belo Monte no Pará – já têm sido objeto de pesquisas que relacionam saúde e ambiente. O que o atual surto de febre amarela tem feito é reforçar a relação desses processos, que têm determinações econômicas e sociais, com estudos propriamente epidemiológicos. Não que isso seja uma novidade – a chamada epidemiologia crítica já seguia esse caminho -, mas há quem ache que ela andou esquecida por aqui.

Por essa perspectiva, a emergência e a reemergência de doenças não podem ser desvinculadas das determinações econômicas e sociais que, por sua vez, não estão separadas das políticas públicas. E isso significa também atentar para as populações mais vulneráveis às possíveis epidemias. Segundo Rivaldo, hoje, o retrato do surto de febre amarela no Brasil mostra que, em geral, as camadas médias urbanas são infectadas quando estão participando de alguma atividade de ecoturismo, mas que os mais atingidos são os mais pobres, que moram nas comunidades rurais que fazem limite com as pequenas florestas devastadas.

E o cenário impõe também a preocupação com as opções políticas que podem ou não facilitar o enfrentamento dessas emergências num futuro próximo. “Há uma grande expectativa de todos nós sobre qual seria a resposta que o Brasil poderia dar a uma situação de emergência sanitária de grandes proporções como a epidemia de chikungunya que varreu o Caribe inteiro”, preocupa-se Rivaldo. Lembrando que o Sistema Único de Saúde vem sendo desfinanciado há muito tempo, e referindo-se também diretamente à Emenda Constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos, ele alerta: “Eu gostaria de saber como seria o comportamento dessa restrição econômica se tivésemos uma epidemia que pode incapacitar as pessoas para o trabalho, para a produção, como acontece com a chikungunya”.

Procurado pela reportagem para comentar os temas aqui tratados, o Ministério da Saúde não respondeu às perguntas enviadas. ○



# RACISMO AMBIENTAL

Dakota do Norte, Estados Unidos, 2016: uma empresa petrolífera está em vias de terminar a construção de um oleoduto com quase dois mil quilômetros de extensão. O traçado original é abandonado para evitar que a tubulação passe próxima de Bismarck, capital do estado, já que moradores e autoridades locais temem pela contaminação dos mananciais de água que abastecem a cidade. A solução encontrada? Desviar a rota do oleoduto para os limites da Reserva Indígena de Standing Rock, rente ao lago e ao rio que abastecem os índios Sioux. Carolina do Norte, Estados Unidos, 1982: rejeitos químicos são depositados há uma década no condado de Warren, um dos locais mais pobres do estado onde historicamente se estabeleceram comunidades descendentes de escravos. A substância alocada por lá, conhecida como PCB, é tão tóxica que o Congresso do país banuiu a sua produção em 1979. A promessa das autoridades é de que, uma vez atingida a capacidade máxima, o depósito será desativado e transformado em área de recreação. Não só o lixão continuou em operação como foi expandido diversas vezes.

O fio que liga essas (e muitas outras) histórias se tece nas desigualdades e discriminações étnicas e raciais que de antemão, definem quem são os injustiçados e quem são os privilegiados nas disputas pelo território e em torno dos direitos socioambientais. E pode ser sintetizado em um conceito: racismo ambiental. “Ninguém decide fazer um lixão em Ipanema ou Copacabana. A decisão de onde jogar o lixo está ligada à imagem que se tem da população em quem você joga lixo”, resume Tania Pacheco, criadora do blog Combate ao Racismo Ambiental e coordenadora executiva do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, projeto que acompanha centenas de situações nas quais o ônus do modelo de desenvolvimento capitalista recai sobre povos indígenas, comunidades tradicionais, populações negras e pobres. Mas, diferente de outros conceitos, destaca ela, o racismo ambiental emerge da insurgência desses grupos: “Foi forjado no calor das lutas do movimento social no condado de Warren para que os rejeitos tóxicos parassem de ser despejados lá”.

Quem empregou pela primeira vez o termo foi Benjamim Chavis, liderança do movimento negro que mesclava religião (é reverendo) e ciência (é químico) em sua militância. “Racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial na escolha deliberada de comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação racial é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras”, escreveu ele. Por ter ganhado as manchetes dos jornais graças à combinação de ações diretas de protesto e discurso político contundente, o caso do condado de Warren serviu de incentivo para que outras comunidades fizessem denúncias semelhantes, chegando-se ao seguinte quadro: em 1983 nos oito estados do sul dos Estados Unidos (onde a segregação racial era notória), 75% dos depósitos de rejeitos eram instalados em bairros negros, embora a população negra representasse apenas 20% do total de habitantes da região. Estatística reversa pode ser observada hoje no caso do oleoduto em Dakota do Norte: 92% dos moradores da cidade de Bismarck, que conseguiram ser ouvidos pelas autoridades e evitar os riscos de contaminação subjacentes à estrutura da indústria petrolífera, são brancos.

“Não é mera coincidência ou acaso”, afirma Tania, que explica que falar de racismo ambiental no Brasil é reconhecer que a constituição dos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes está historicamente ligada a um passado colonial em que os indivíduos brancos foram considerados e tratados como superio-

res. “Por exemplo, por que uma indústria como a Aracruz Celulose vai [em 1967] para o Espírito Santo implantar o monocultivo de eucalipto exatamente em territórios indígenas e quilombolas e não nos territórios onde havia agricultores de descendência italiana com as suas fazendinhas? É porque a terra é pior? Não. Pelo contrário, seria a melhor terra. Mas esses empreendimentos se instalam exatamente onde se pode cutucar com vara curta e ter o mínimo de reação, senão nenhuma reação do poder público e da sociedade em geral”. Daí, explica ela, a importância de se colocar o dedo na ferida, especialmente em um país onde prevaleceu durante muito tempo o falso mito da democracia racial. “O conceito explicita a dimensão racista dos problemas ambientais e coloca na linha de frente perguntas incômodas: por que é muito mais fácil e naturalizado agredir o índio, agredir o quilombola?”, questiona Tania.

“Em Ilha de Maré [Bahia], as comunidades começaram a elaborar perguntas assim. Por que um empreendimento como o Porto de Aratu não está na Barra, que é um dos bairros mais utilizados de Salvador, mas foi instalado aqui em nosso quintal? E foram identificando, no vácuo de respostas do poder público, o processo de racismo ambiental”, conta Maria José Pacheco, secretária executiva do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), citando o conflito entre a população quilombola da ilha da Baía de Todos os Santos, o porto e o complexo industrial que operam no próprio território, como é o caso da Petrobras, ou a poucos quilômetros dele e provocam contaminação ambiental. Um caso extremo aconteceu em dezembro de 2013, quando, para controlar um incêndio em um navio da Braskem/Odebrecht, foi derramado ao mar todo o óleo combustível da embarcação. “Três anos depois, nada foi feito: nenhum responsável punido; nenhuma medida de segurança construída; nenhuma reparação”, escreveram as comunidades em carta aberta publicada em janeiro deste ano na qual denunciavam a degradação das condições de subsistência e de saúde no território.

“Essas comunidades vêm de um processo de resistência, com fortalecimento da organização e da articulação política. E as respostas a esse processo, pelo Estado, por seus órgãos ambientais, nunca se deu no mesmo nível da mobilização. E a gente foi pensando nisso, que para além da situação de injustiça ambiental e de processos incorretos de licenciamento, ligados aos interesses econômicos, havia um pano de fundo de discriminação e negação dessas comunidades. Para o governo e para a sociedade, é como se essas populações não existissem como sujeitos de direitos, como atores políticos, e os espaços onde elas desenvolvem o seu modo de vida fossem vazios. O conceito de racismo ambiental caiu como uma luva tanto para a gente refletir sobre esse processo tão forte no Brasil, vivenciado por indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, pelas comunidades negras como um todo, quanto para fortalecer as nossas lutas por direitos e por vida digna, sustentável e com saúde”, afirma Maria José.

### Ampliação e disputas

O racismo ambiental não se restringe ao ‘onde’ os empreendimentos que mais poluem e degradam são instalados, mas também ao ‘como’ eles operam. Em 2011, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo moveu uma Ação Civil Pública contra a siderúrgica ArcelorMittal e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). O processo acusa a empresa de racismo ambiental e sustenta que a multinacional adota por aqui uma tecnologia diferente de suas plantas no exterior, como se no Brasil houvesse uma espécie de ‘licença para poluir mais’. Outro caso envolvendo siderurgia e contaminação, desta vez com a empresa alemã TKCSA no Rio de Janeiro, acusada pelo MP estadual de cometer crimes ambientais, levou um promotor a refletir: “E se os incidentes ambientais tivessem acontecido numa unidade na Alemanha? Talvez já tivessem interrompido o funcionamento da siderúrgica há muito tempo”, disse em entrevista ao portal Deutsche Welle. “Benjamim Chavis alertava no início da década de 1990 que, à medida que a luta contra o racismo ambiental nos Estados Unidos fosse bem sucedida, os países pobres se tornariam depositários das grandes cargas de rejeitos tóxicos oriundos de indústrias e de outras atividades poluentes. Como sabemos, isso de fato aconteceu”, situa Tania Pacheco.

Em tempos de capitalismo global, o conceito de racismo ambiental foi sendo ampliado – e também disputado. Se no início da luta no condado de Warren o foco eram as comunidades negras, o próprio movimento social foi se dando conta de que por lá o racismo ambiental também atingia povos indígenas e populações imigrantes, como latinos e asiáticos. Por aqui, o conceito abarca diversos grupos que por seus traços físicos, culturais, políticos e econômicos se diferenciam do modelo branco, ocidental e burguês historicamente imposto, como ribeirinhos, quebradeiras de coco, geraizeiros, dentre outros. Já a disputa do conceito veio da própria necessidade de expandir e angariar mais apoios para a luta contra o racismo ambiental. Isso se deu depois da Conferência Nacional das Lideranças Ambientais de Cor, nos Estados Unidos em 1991. O encontro gerou um documento intitulado ‘Princípios da Justiça Ambiental’. “Você tem um movimento popular cuja grande bandeira é a luta contra o racismo ambiental. Dentro da luta, uma das coisas que o movimento quer é justiça ambiental. O que vai acontecer é que para sair das ruas e entrar na academia, entrar também nas grandes ONGs – para as quais a luta contra o racismo ambiental não dizia nada –, é preciso um conceito que unifique. E a palavra de ordem que teve esse poder unificador foi ‘justiça ambiental’, que é um direito de todo mundo”, conta Tania.

Assim, o conceito de racismo ambiental foi considerado supérfluo em alguns meios acadêmicos, nos quais a noção de justiça já seria suficiente para englobar analiticamente a denúncia e a busca de superação dos conflitos pautados pela relação entre injustiça social e meio ambiente. Segundo Tania, o Brasil e os Estados

Unidos são os países onde a ligação do racismo ambiental com as lutas sociais está mais estabelecida. “O conceito não pega no resto do mundo ou pega muito pouco”, diz. Por aqui, ele também chegou no guarda-chuva do movimento internacional por justiça ambiental, no bojo da ECO 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro. Em 2002, foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Em 2005, formou-se um Grupo de Trabalho de Racismo Ambiental dentro da Rede. “Enquanto nos Estados Unidos o conceito surge da rua, aqui ele chega via academia. E chega via a grande preocupação por justiça ambiental. Conforme as discussões foram se desenvolvendo, começamos a trabalhar também com o racismo ambiental que, na avaliação de muita gente, responde mais diretamente à nossa realidade no sentido de mobilizar os movimentos sociais e ser facilmente reconhecível para quem sente os efeitos do capitalismo literalmente na pele”.

### Perspectivas

Estados Unidos, 2017: em menos de três minutos, o presidente Donald Trump decretou a flexibilização do licenciamento ambiental e a construção de dois oleodutos, revogando, assim, a vitória do movimento indígena de Standing Rock e de seus aliados que, ao longo de sete meses, ficaram acampados no território. Com suas dezenas de ações diretas de protesto contra a obra, que acabou sendo paralisada pela Casa Branca em dezembro passado, eles romperam a invisibilidade midiática tão comum nesse tipo de conflito. Brasil, 2017: Executivo e Congresso, através de portarias, medidas provisórias e projetos de lei acenam com a flexibilização do licenciamento ambiental de empreendimentos e alterações no processo demarcatório de terras indígenas e territórios quilombolas, entre outras medidas. Lá e cá, as comunidades e povos organizados denunciam: “basta de racismo ambiental!”. ○



# 100 ANOS

## da Revolução Russa

• 2017 marca o centenário da Revolução Russa. Embora o período mais célebre dos acontecimentos que levaram a classe operária ao poder seja conhecido como Outubro Vermelho, o ponto de partida do processo revolucionário é março de 1917 (ou fevereiro, segundo o calendário usado na Rússia naquela época).

• A revolução começa em São Petersburgo em meio a 1ª Guerra Mundial, num contexto de escassez de alimentos e profunda insatisfação com o governo centralizador do czar Nicolau II. No Dia Internacional da Mulher, trabalhadoras têxteis em greve saem às ruas, conclamando os operários de todas as fábricas a aderirem. "Abaixo a fome! Pão para os trabalhadores!", diziam.

• A revolução não foi um raio em céu azul, mas resultado de um período de agitação social e organização dos trabalhadores. Um marco anterior importante foi 1905, quando explodiram revoltas entre militares, camponeses e operários em greve – quando foram criados os conselhos operários (soviets), que passam a dirigir o movimento de massas. A violenta repressão do czar, cujas tropas chegaram a abrir fogo contra a população no episódio conhecido como 'Domingo Sangrento', colocou a população em compasso de espera.

• Mas quando a agitação retomou as ruas em março de 1917, o governo do czar não encontrou os apoios necessários para reprimir novamente a revolta. Nicolau II caiu, foi preso e, posteriormente, executado.

• Formou-se um Governo Provisório, dominado pela burguesia ascendente, comprometido com a manutenção da propriedade privada e interessado em manter a Rússia na guerra. Em paralelo, ressurgem os soviets, formados por operários eleitos nas fábricas e nas cidades, que exigiam o fim da guerra e a distribuição de terras aos camponeses. Bolcheviques, mencheviques (dois grupos do Partido Operário Social Democrata) e outras forças políticas disputam a direção dos soviets.

• Vive-se uma efervescência política. Lideranças bolcheviques, como Lenin e Trotsky, percebem que se abria uma janela de oportunidade única para a revolução dentro da revolução. Sob o lema "Todo poder aos soviets!", a burguesia é derrubada e os trabalhadores assumem o poder em outubro (novembro, segundo nosso calendário).





## Confira o conteúdo do volume 15, número 1:

### EDITORIAL

Um cenário de atraso e destruição na formação de nível técnico no Brasil

### ENSAIO

Trabalho, saúde e formação política na enquete operária de Marx

Júlio César Lopardo Alves, José Marçal Jackson Filho

### ARTIGOS

**Saúde mental e atenção básica: território, violência e o desafio das abordagens psicossociais**

Nina Isabel Soalheiro dos Santos Prata et al.

**A produção do conhecimento em saúde mental e o processo de trabalho no centro de atenção psicossocial**

Ana Lúcia Abrahão, Flávia Fasciotti Macedo Azevedo, Maria Paula Cerqueira Gomes

**A educação profissional técnica de nível médio em saúde na rede federal de educação**

Anderson Boanafina, Lilian Boanafina, Mônica Wermelinger

**Política de despreciação do trabalho em saúde em uma instituição federal de C&T: a experiência de professores e pesquisadores**

Priscila Matos Crisostomo da Silva, Kátia Reis de Souza, Lílilane Reis Teixeira

**Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro**

Isabelle Maria Mendes de Araújo, Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira

**A ampliação das equipes de saúde da família e o programa Mais Médicos nos municípios brasileiros**

Gabriella Morais Duarte Miranda et al.

**Dez anos da educação permanente como política de formação em saúde no Brasil: um estudo das teses e dissertações**

Eluana Borges Leitão de Figueiredo et al.

**Precarização e fragmentação do trabalho na Estratégia Saúde da Família: impactos em Santa Maria (RS)**

Maria Denise Schimith et al.

**Estratégia Saúde da Família e o uso racional de medicamentos: o trabalho dos agentes comunitários do município de Palmas (TO)**

Maria Sortênia Alves Guimarães et al.

**Pesquisa participante na Estratégia Saúde da Família em territórios vulneráveis: a formação coletiva no diálogo pesquisador e colaborador**

Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes et al.

**Educação em saúde no pré-natal a partir do referencial teórico de Paulo Freire**

Daniely Quintão Fagundes, Adauto Emmerich Oliveira

**Direito humano à alimentação adequada: percepções e práticas de nutricionistas em ambiente escolar**

Carla Rosane Paz Arruda Teo et al.

**A ruptura social infantojuvenil e sua inferência nas representações de conselheiros tutelares**

Cléa Adas Saliba Garbin et al.

**Agente comunitário de saúde: do perfil às atividades desenvolvidas**

Ana Claudia Pinheiro Garcia et al.

**Práticas integrativas e complementares: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde**

Mouzer Barbosa Alves Gontijo, Maria de Fátima Nunes

### RESENHAS

**Medicalização em psiquiatria. Fernando Freitas e Paulo Amarante. Rio de Janeiro:**

**Editora Fiocruz, 2015, 148 p.**

Robert Whitaker

**A medicina financeira. A ética estilhaçada. Luiz Vianna Sobrinho. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, 336 p.**

Luís David Castiel

15 | 1

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

VOLUME 15 NÚMERO 1 | JANEIRO-ABRIL 2017 | ISSN 1678-1007

# TRABALHO EDUCAÇÃO SAÚDE

Através do diálogo entre os três eixos que formam o título, o periódico científico editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz busca contribuir para a consolidação da produção científica na área de Educação Profissional em Saúde.

**Trabalho, Educação e Saúde  
está em acesso livre nos sites:**

[www.scielo.br/tes](http://www.scielo.br/tes)

[www.revista.epsjv.fiocruz.br](http://www.revista.epsjv.fiocruz.br)

**Também se encontra  
disponível no Portal de  
Periódicos da Fiocruz:**  
[www.periodicos.fiocruz.br](http://www.periodicos.fiocruz.br)

## Informações:

**Tel.:** (21) 3865-9850

**E-mail:** [revtes@fiocruz.br](mailto:revtes@fiocruz.br)